

27 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Morosidade reduz chances de adoção

Anteprojeto de lei propõe mudanças no ECA para tornar os processos mais rápidos e garantir que as crianças entrem mais jovens no cadastro nacional

“

Essas crianças ficam a vida toda abrigadas e aos 18 anos têm que virar adultos”

Carolina Avansini
Reportagem Local

O Brasil tem 7.158 crianças disponíveis para adoção e mais de 38 mil pessoas interessadas em adotar. Apesar do número de pretendentes ser muito maior que o de crianças, grande parte dos meninos e meninas habilitados para serem adotados continuam vivendo em acolhimento, de onde saem com 18 anos para enfrentarem a vida adulta. O principal motivo para a conta não fechar é que o perfil de criança exigido pelos pretendentes não é compatível com aquele disponível nas instituições de acolhimento. Por isso, o Ministério da Justiça está preparando uma revisão nos procedimentos para adoção no país.

De acordo com a advogada Andréa Bahr Gomes, da Comissão de Direito de Família da OAB/PR e vice-presidente da seção Paraná do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o principal escopo do anteprojeto de lei - apresentado após consulta

pública - é agilizar e desburocratizar o processo de adoção no Brasil.

Entrega voluntária, alteração de prazos e procedimentos e apadrinhamento afetivo são os principais tópicos do texto que pretende mudar a chamada Lei da Adoção, contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A mudança se faz necessária porque, conforme dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), uma parcela ínfima dos possíveis adotantes aceita crianças com mais de dez anos, por exemplo, apesar delas perfazerem mais da metade do total do grupo disponível para adoção. Além disso, apenas 32% dos pretendentes aceitam adotar grupos de irmãos, apesar desta ser a situação de quase 70% das crianças. A adoção de irmãos não é obrigatória, mas quando há vínculos entre eles, a vontade dos meninos e meninas é ouvida e respeitada.

“As medidas certamente contribuirão para acelerar o processo de adoção das crianças e adolescentes já capacitados para a adoção. As prin-

cipais mudanças estão voltadas para a definição dos prazos e procedimentos”, diz Andréa. Desta forma, é possível que muitas crianças sejam habilitadas à adoção mais jovens e com mais chances de encontrarem uma família.

Conforme a advogada, no caso de entrega voluntária pela mãe, ela terá 60 dias a partir do acolhimento institucional para reclamar a criança ou indicar pessoa da família extensa como guardião ou adotante. Depois desse período, a criança é inserida no cadastro nacional. Além disso, após um mês vivendo em abrigos, os bebês recém-nascidos e crianças sem certidão de nascimento também são cadastrados para adoção.

Outra alteração é o estágio de convivência entre crianças e adotantes. “Hoje é pelo prazo que a autoridade judiciária fixar. A sugestão de alteração é para que o prazo passe a ser de até 90 dias. Já para a conclusão do processo de adoção o prazo foi estabelecido em 8 meses, ou 120 dias prorrogáveis por mais 120”, acrescenta.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 27 MAR 2017

CONTINUAÇÃO

INTERNACIONAL

Andrea informa que o anteprojeto propõe também que, se as crianças permanecerem por mais de um ano no cadastro nacional sem serem adotadas, ficarão disponíveis para os pretendentes a pais que moram no exterior. "Para este processo de adoção internacional não foram estipulados prazos, mas o período de convivência no País deve ser de no mínimo 15 e no máximo de 45 dias", esclarece.

O texto também padroniza o apadrinhamento afetivo, uma iniciativa que visa estimular que a criança crie vínculos e possa ter alguma referência de família e convivência comunitária. "Este apadrinhamento é voltado para crianças e adolescentes com poucas chances de serem adotados, o que inclui os com idade avançada, portadores de necessidades especiais e problemas de saúde."

BUSCA INCESSANTE

"Há muito mais pessoas habilitadas a adotar do que crianças disponíveis, porém, o tempo dos processos é muito longo", pondera a advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do IBDFAM e que participou ativamente da redação do anteprojeto de lei. Segundo ela, o ECA determina que o prazo para tramitação de ação de destituição de poder familiar é 120 dias. O processo é movido pelo Ministério Público quando há descumprimento das responsabilidades familiares pelos genitores, seja por negligência, abuso ou outros motivos. Ao fim do

processo, eles perdem qualquer direito sobre as crianças, que entram no Cadastro Nacional de Adoção depois que o processo é transitado em julgado.

O problema, conforme Silvana, é que ao invés de durar 120 dias, o processo se arrasta por cinco ou seis anos em função de uma busca incessante da família biológica. "O ECA diz que adoção é uma medida excepcional, por isso alguns magistrados e promotores ficam buscando esses laços despidos de afeto e responsabilidades por anos a fio. Com isso, criança fica inadotável", lamenta.

Conforme ela, até os 12 anos, graças à busca ativa dos grupos de apoio à adoção, não é impossível que se encontre uma família. "Depois disso é difícil até mesmo uma colocação internacional. Essas crianças ficam a vida toda abrigadas e aos 18 anos têm que virar adultos e sair do abrigo", critica.

Outra reivindicação dos grupos de adoção e profissionais da área é que as pessoas habilitadas para adotarem tenham acesso ao cadastro nacional com senha e login próprios. "Não tem técnicos suficientes para fazer as buscas, seria importante que os possíveis adotantes pudessem fazer as próprias buscas. É preciso abrir essa caixa preta que é hoje o Cadastro Nacional da Adoção", pede.

Ela argumenta que o novo CNA, implantado há dois anos, dificultou ainda mais as buscas. "Com isso, perdem-se chances de pais encontrarem filhos, as crianças vão crescendo e perdem a chance de serem adotadas."

CONTINUA

27 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Juíza defende fortalecimento da rede de serviços

A juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Londrina, Camila Tereza Gutzlaff, afirma que a mudança na Lei da Adoção não vai resolver a questão das crianças que passam muito tempo abrigadas se não houver um fortalecimento da rede de serviços que acompanham os casos. “É mais necessário que haja mais psicólogos e assistentes sociais para acompanharem os casos e agilizarem os processos”, opina.

Hoje, na comarca, há 87 crianças e adolescentes vivendo em abrigos e 216 adultos pretendentes à adoção. Só há duas crianças, entretanto, que têm menos de 7 anos e estão na faixa de idade mais procuradas. “Temos um bebê e uma criança maior com autismo severo. Não significa necessariamente que não tenha crianças, mas sim que, quando a criança fica disponível para adoção, os processos andam rápido”, destaca.

A juíza explica que os casos de crianças que ainda não tiveram o poder familiar dos pais destituído são avaliados a cada seis meses para saber se estão ocorrendo tentativas de reabilitação que permitam o retorno das crianças à família. A maior parte dos pais e mães que tiveram os filhos acolhidos em abrigo, segundo a juíza, são usuários de drogas a quem deve ser oferecida a possibilidade de tratamento antes da destituição.

“Esses pais não aceitam que não podem cuidar dos filhos, então o processo acaba sendo litigioso”, comenta, explicando que até esgotarem-se as possibilidades de tratamento dos pais, o posterior processo para destituição do poder familiar e a busca por familiares que porventura possam ficar com as crianças, a demora pode ser grande. “Nesse período a criança fica acolhida, mas quando demora muito ela chega a uma idade em que não será mais adotada”, lamenta.

O fortalecimento da rede de serviços, o que inclui psicólogos, assistentes sociais e Centros de Assistência Psicossocial, é importante para agilizar o atendimento. “Os serviços têm que dar conta de atender os pais, permitirem que se recuperem... Caso contrário não adianta mudar a lei”, reafirma.

Como a maioria dos abrigados na região de Londrina – que conta com seis abrigos – são adolescentes, Camila reforça a importância do apadrinhamento. “É uma forma de dar condições para que os adolescentes se preparem para a vida adulta plena, através de cursos, e também que tenham noção do que é viver em uma família.”

Interessados em apadrinhar podem acessar www.abraceumfuturo.com.br.

PRECONCEITO

Lídia da Conceição Lucas Loback, coordenadora do

Nuselon, uma das instituições de acolhimento em Londrina, observa que a maioria das crianças que chegam ao local já tem 11 anos ou mais, o que praticamente impossibilita a adoção. “Um dos maiores problemas é o preconceito das famílias, que não querem os mais velhos”, lamenta. Outra questão é a expectativa dos adotantes, que nem sempre compreendem que as crianças possuem uma história anterior que não pode ser desprezada, o que acaba resultando inclusive em “devoluções”. “Os adotantes querem satisfazer um desejo próprio e não o da criança”, critica.

Entre os acolhidos do Nuselon, há muitos adolescentes em condições de serem adotados. As crianças menores, ao contrário, possuem vínculos com a família de origem. “Há casos de mães e pais que estão em clínicas para dependentes químicos. Com apoio, é possível que consigam se recuperar”, diz.

Ela relata que, entre as crianças e adolescentes, há quem tenha expectativas de voltar para a família de origem e quem deseje a adoção. “Os mais velhos, porém, sabem que não há famílias para recebê-los. É sofrido, porque eles sentem a falta dos cuidados familiares, mas nós temos que ser realistas e falar a verdade”, pondera. (C.A.)

CONTINUA

27 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Tristeza que não se apaga

“Penso que superei 99% do trauma, a cicatriz fica para sempre”, afirma Karina Magalhães da Silva, que foi retirada da família porque sofria abusos e cresceu em um abrigo

Foi na instituição Nuselon, que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco em Londrina, que a dona de casa Karina Magalhães da Silva, de 22 anos, se sentiu pela primeira vez protegida. Ela foi retirada da família aos 11 anos porque sofria abuso sexual por parte do padrasto. Conforme relatou, os abusos ocorriam desde que tinha cinco anos, mas apenas seis anos depois, após uma aula sobre o assunto na escola, é que ela se deu conta que poderia pedir ajuda.

“Cheguei em casa naquele dia e liguei para o 190 (Polícia Militar), mas me fizeram muitas perguntas que não soube responder. Então fugi e fui pedir ajuda no postinho de saúde”, recorda. O que aconteceu depois foi uma sucessão de episódios traumáticos como o registro da ocorrência na Delegacia da Mulher, exames e presenciar a mãe e o padrasto sendo algemados. “Minha mãe sabia, mas ficava na dela”, conta. Desde esse dia, ela nunca mais teve contato com o abusador mas, há pouco tempo, voltou a se relacionar com a mãe e o irmão. “Falo com eles, mas não tenho intimidade”, diz.

Após passar por atendimento de uma psicóloga e uma promotora, ela manifestou vontade de ir para o abrigo e foi atendida. “Algumaram

meus pais, meu irmão chorava muito, mas fiquei com a consciência limpa porque já tinha contado para a minha mãe e ela dizia que era normal, que tinham feito a mesma coisa com ela”, relata.

No abrigo, Karina conheceu a rotina e o respeito. “Ninguém me batia, eu não ficava de castigo e tinha comida à vontade. Com a minha família, nunca me davam nada, diziam que eu não merecia”, conta. Ela chegou a pedir para tirarem o nome do padrasto – que a registrou diante da morte do pai biológico quando ainda era bebê – da certidão de nascimento. “Mas disseram que ia demorar e teria que pagar... Acabei não indo atrás.”

Uma psicóloga que a atendia na adolescência chegou a perguntar se ela tinha vontade de ser adotada. “Na época disse que sim, eu pensava que seria mais feliz, que queria ser valorizada por uma família... Mas ela disse que seria difícil, por causa da minha idade. Então eu pensava pelo menos em ser independente”, recorda.

Karina nunca quis voltar a viver com a família ou mesmo parentes. “Tinha medo que eles me devolvessem para o meu padrasto”, diz. “Para mim foi melhor ficar no abrigo. Não tenho saudades da vida que eu levava.”

Aos 18 anos, ela deixou o Nuselon já empregada em um supermercado e foi morar com três amigas. Logo em seguida, acabou voltando para o distrito rural onde vivia a família de origem para cuidar do irmão doente. “Depois disso, fui morar com meu atual marido. Me casei faz dois meses”, conta ela, que considera os sogros como verdadeiros pais. “Eles me tratam muito bem e gostam de me ter por perto.”

Ela pensa em ter filhos e uma família diferente da própria experiência, “com tudo que não pude ter”. “As pessoas dizem que sou forte, mas penso que superei 99% do trauma, a cicatriz fica para sempre. Essa é uma tristeza que não se apaga”, acredita. (C.A.)

27 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Gilmar Mendes

Senhor ministro Gilmar Mendes, data venia, quem lhe paga pela posição da qual usufrui no STF somos nós, cidadãos brasileiros, que somos obrigados, pela incompetência política e jurídica desse país, a consumir porcarias em todas as áreas, inclusive nos alimentos. Ao invés do excelentíssimo juiz (e não vai aqui qualquer ataque a sua pessoa nem aos seus méritos) criticar outro juiz - Sergio Moro -, que está honrando a defesa da população e que não se verga à lentidão das decisões demoradas e tantas vezes estapafúrdias do STF, como a libertação do goleiro Bruno, enquanto outros na mesma situação nem tiveram esse direito, o senhor deveria repensar afinal o que deseja: ser um luminar do Supremo, se tornar estrela de novela em horário nobre de grande emissora ou trabalhar a nosso favor, meros brasileirinhos, que desejamos crer em algo ou em algum poder constituído.

LUIZ EDGARD BUENO (escritor) - Londrina

26 MAR 2017

25 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Reforma da Previdência terá pouco impacto no Paraná, diz Beto

Segundo o governador, mudanças na Paranaprevidência fizeram com que o fundo dos aposentados ficasse superavitário em R\$ 8 bi

Edson Ferreira
Reportagem Local

O anúncio feito pelo presidente Michel Temer esta semana, de excluir da Reforma da Previdência os servidores estaduais, deve ter pequeno impacto no sistema de aposentadorias do funcionalismo paranaense. Segundo o governador Beto Richa (PSDB), a medida do governo federal pegou os estados de surpresa, entretanto, as mudanças promovidas na Paranaprevidência, em 2015, transferindo mais de 33 mil inativos do Fundo Financeiro para o Previdenciário, seriam suficientes para a sustentabilidade do órgão.

Durante entrevista coletiva na cidade de Tamarana (Região Metropolitana de Londrina), em solenidade de inauguração de Estação de Tratamento de Esgoto da Saneapar, o governador alegou que o fundo que banca as aposentadorias dos servidores estaduais está superavitário em R\$ 8 bilhões. "Os governadores receberam com

surpresa essa decisão do presidente Michel Temer, de separar os governos estaduais. Eu estou tranquilo, porque um dos principais itens do nosso ajuste fiscal foi a reforma da Previdência, que garantiu uma solvência maior e uma segurança aos servidores do Estado. Temos o Fundo Previdenciário mais capitalizado do Brasil, com cerca de R\$ 8 bilhões. Posso tranquilizar a todos, talvez nem haja a necessidade de medidas em relação ao sistema previdenciário."

A lei que autorizou as mudanças na Paranaprevidência foi sancionada pelo governador em abril de 2015, um dia depois que centenas de manifestantes – a maioria servidores – foram feridos pela própria Polícia Militar do Paraná, que reprimiu o protesto com violência. O episódio ficou conhecido como a "Batalha do Centro Cívico".

'CARNE FRACA'

Foco da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal (PF), o estado do Paraná responde

por 35% da produção de carne de frango e também tem destaque nacional na produção da carne bovina. Beto informou que foi procurado por produtores estaduais propondo ação conjunta com o governo para recuperar a imagem com os países importadores. "Os órgãos fiscalizadores têm que atuar de forma enérgica e rigorosa, mas não podemos aceitar os excessos, não podemos generalizar. Se forem averiguados alguns problemas pontuais, que a ação seja pontual, precisa e cirúrgica. Não podemos penalizar um setor tão importante que é o agronegócio", disse o governador, reforçando as críticas à PF.

CONTINUA

26 MAR 2017

25 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

LISTA DE JANOT

Beto respondeu, ainda, sobre a "Lista de Janot", entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, onde o nome do tucano foi citado por delatores ligados à empreiteira Odebrecht como um possível beneficiário de doações feitas pela empresa implicada na Operação Lava Jato. Beto confirmou que houve "doação legal" na campanha de 2010 e que está tranquilo. "Estou absolutamente tranquilo. Constituí advogado para ter acesso ao processo, ver em que contexto o meu nome foi envolvido, não esperava, até agora nunca citaram o meu nome nisso. Foi lá uma doação em 2010, devidamente registrada, aprovada pelo TRE. Confio na Justiça, vários citados já tiveram processos arquivados e eu não tenho dúvida nenhuma de que o meu terá o mesmo destino."

FOLHA DE LONDRINA

TSE mantém

Basso no cargo

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu pela legalidade do registro de candidatura do prefeito eleito de Nova América da Colina (Norte Pioneiro), Ernesto Alexandre Basso (PSDB). Portanto, ele permanece no cargo.

Basso teve o registro negado pela Justiça Eleitoral no Paraná, enquadrado na Lei da Ficha Limpa, por uma condenação de improbidade administrativa no Tribunal de Justiça (TJ). Entretanto, segundo o relator da matéria no TSE, ministro Luiz Fux, “não há que se falar em suspensão dos direitos políticos” pois “essa restrição somente se efetiva com o trânsito em julgado da decisão que reconhece a prática de improbidade”. A defesa sustentou que ainda existem recursos pendentes para análise no TJ, não tendo sido consolidado o julgamento na instância colegiada.

O tucano venceu as eleições municipais do ano passado com 2,1 mil votos. Ele já estava no cargo de prefeito de Nova América da Colina, amparado por liminar, enquanto aguardava o desfecho do processo no TSE.

26 MAR 2017

25 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato:

oportunidade de mudança

Quando se fala em ética ou na falta dela, muita gente pensa logo em política. Em tempos de Lava Jato e Carne Fraca, é compreensível que isso aconteça. Mas a discussão vai muito além, como mostrou a 8ª edição do EncontrosFolha, evento promovido pelo Grupo Folha, na última quarta-feira (22), em Londrina, que discutiu o tema “Transparência e ética nas empresas - reflexos da Lava Jato”. Antonio Raimundo dos Santos, diretor de Educação do Isae/FGV e palestrante do Encontros, enfatizou que “a régua moral do País está subindo”, consequência principalmente da operação que investiga o esquema criminoso de desvio de dinheiro da Petrobras. Isso significa que a sociedade está menos tolerante com escândalos que envolvam corrupção. A edição deste fim de semana da FOLHA traz cobertura completa do EncontrosFolha, que contou ainda com a presença do advogado com atuação na Lava Jato Marlus Arns, do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, da força-tarefa da Lava Jato, e do diretor da Construtora Plaenge, Alexandre Fabian. O professor Santos trouxe para a palestra um dado assustador: calcula-se que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e mundial seja tragado por corrupção, fraudes e desvios. Com um PIB nacional na faixa de R\$ 6,5 trilhões, chega-se ao montante de mais de R\$ 650 bilhões perdidos todos os anos com a bandidagem. A informação é chocante e assusta mais ainda quando o palestrante lembra que os atos de corrupção nem sempre nascem grandes. Atitudes do dia a dia que muitos consideram normais são pequenos delitos que evidenciam um comportamento antiético. Tais como parar em fila dupla no trânsito, assinar ou pedir para assinar listas de presença sem estar presente, fazer “gatos” de luz, água e TV a cabo e dirigir após ingerir bebida alcoólica. O problema está quando o cidadão considera errado desviar milhões de reais de uma estatal, mas não condena apresentar atestado médico falso para faltar no emprego. Ou seja, a corrupção está mais próxima do que se imagina. A Lava Jato, sozinha, não vai passar o Brasil a limpo. É uma oportunidade para promover mudanças. Mas se não houver uma reforma política, medidas eficazes anticorrupção e mudança de comportamento do cidadão, há o grande perigo de tudo permanecer igual.

26 MAR 2017

25 MAR 2017

26 MAR 2017
25 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato trouxe mudanças de comportamento

Advogado de réus da operação vê oportunidade para empresas se reposicionarem por meio do compliance

Victor Lopes
Reportagem Local

Tendo como clientes diversos investigados da Lava Jato, o advogado curitibano Marlus Arns de Oliveira também está sob os holofotes da operação. Ele faz parte da equipe de defesa do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e de mais 20 pessoas investigadas. Arns participou como painelistas do Encontro Folha e não titubeou em dizer: “A Lava Jato trouxe mudanças profundas de comportamento que se relacionam com a ética e o envolvimento de toda a sociedade.”

Para ele, que também é diretor executivo do Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico (IBDPE), este é o momento que as empresas públicas e privadas têm a oportunidade de se reposicionar no mercado através do compliance. Cenário, claro, que também está diretamente ligado às recentes mudanças na legislação.

Ele cita a promulgação da Lei Anticorrupção (12.846/2014) e mais recentemente a Lei de Responsabilidade das Empresas Estatais (13303/2016), com regras claras sobre

66

*Tudo isso vai
acontecendo sem
necessariamente estarmos
preparados para essas
mudanças”*

compliance para empresas públicas e economia mista. “São mudanças profundas para as empresas e sua responsabilização. Ao meu ver, não existe uma responsabilização penal das empresas por conta dessa lei (12.846), mas deixa clara a responsabilidade cível e administrativa delas, que podem ser condenadas a multas, interdições, intervenções...”

Um exemplo claro está dentro da própria Petrobras, o epicentro da Lava Jato. Ainda manchada por tudo que aconteceu, a estatal lançou este ano o maior edital para contratar publicidade da sua história. Em anexo, o questionário de 10 páginas mostra a preocupação – mesmo que pareça tardia – em fazer um compliance eficiente.

As perguntas aos participantes da licitação são bem claras, como: “A sua empresa é membro de alguma ini-

ciativa nacional ou internacional de combate a corrupção?”; “Algum integrante da alta administração ou seus familiares ocupa ou é candidato a cargo eletivo ou de confiança na administração pública?”; “Algum integrante da alta administração já foi preso ou acusado, investigado, processado ou condenado por fraude e corrupção nos últimos 10 anos?”, entre outras.

Para Arns, a licitação já é reflexo das mudanças pós Lava Jato. “Tudo isso vai acontecendo sem necessariamente estarmos preparados para essas mudanças. Não é possível que a empresa que vai participar dessa licitação não esteja enquadrada dentro do compliance”, salientou.

Tais mudanças de comportamento trarão debate. Um deles que está ligado diretamente ao compliance, segundo o advogado, é se a sociedade está preparada para receber e investigar denúncias anônimas. “Hoje, o Judiciário, de certa forma, é reticente a essas denúncias anônimas. Os programas de compliance preveem isso.”

CONTINUA

26 MAR 2017

25 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele cita, por exemplo, que nos Estados Unidos as denúncias anônimas são recorrentes e acabaram gerando os chamados “caçadores de recompensa”, ou seja, acordos de colaboração premiada para quem traz informações privilegiadas, sendo acusados ou não. “O governo americano já pagou US\$ 57 milhões a 13 delatores. Será que estamos preparados para isso? O fato é que estamos caminhando neste sentido.”

Independentemente de questionamentos como esse, Arns “bateu na tecla” de que as empresas precisam se adaptar ao compliance, com boas políticas de governança, ética ou serão “engolidas” por operações como a Lava Jato. “Tive uma cliente que foi conduzida coercitivamente para depor e o marido dela foi acompanhá-la com o carro da família com um adesivo que dizia: ‘Eu apoio a Lava Jato’. É esse tipo de situação que acaba acontecendo.”

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Executiva com doença rara tem pedido de crédito recusado e processa banco

Instituição negou financiamento após receber declaração de saúde



“Decidi recorrer à Justiça porque a questão mexe com o sonho da minha família, não só o meu”

KATYA HEMELRIJK DA SILVA
executiva

Katya Hemelrijk da Silva no apartamento que comprou no Butantã e precisa de adaptação

LAURA MATTOS
DE SÃO PAULO

Katya Hemelrijk da Silva, 40, não gosta de briga. Vítima de uma doença rara congênita conhecida como “síndrome dos ossos de vidro”, que a deixou com 1,20 m de altura e a impede de andar, já superou muitas dificuldades na vida além das mais de 300 fraturas pelo corpo.

Em 2014, por exemplo, viu notícia ao ter de se arrastar por uma escada para entrar em um avião da Gol. Refutou ações na Justiça e indenizações. Preferiu se aliar à empresa em um programa interno de acessibilidade, que

gerou um novo tipo de rampa para cadeirantes.

Mas agora, diz, cansou de ser boazinha. Executiva de uma grande rede de cosméticos há mais de dez anos, Katya enfrenta, desde 2016, o seu primeiro processo judicial, contra o Santander.

No fim de 2015, o banco negou a ela financiamento imobiliário após receber sua declaração pessoal de saúde, na qual informava ter osteogênese imperfeita. Na carta de recusa, afirmou que a decisão se baseava em “critérios técnicos de aceitação”.

A executiva não conseguiu reverter a decisão, apesar de ter apresentado exames e laudo médico atestando boas condições de saúde.

A defesa do banco diz que “se verifica que a doença não afeta somente os ossos mas toda a estrutura do corpo que utiliza colágeno [...] podendo inclusive causar dificuldades de locomoção e deformidades na coluna que podem acarretar complicações pulmonares e cardíacas, ainda que a longo prazo”.

CONTINUA

E a acusação de buscar “enriquecimento ilícito”, “valendo-se da própria torpeza, se colocando na qualidade de vítima”.

O imóvel, um apartamento de três dormitórios no Butantã (SP), havia sido comprado em construção, em 2014. O crédito bancário seria usado na parcela do recebimento das chaves e, para não perder seu investimento, teve de pedir dinheiro emprestado para o pai e gastar tudo o que havia economizado para uma reforma que tornaria o apartamento acessível. Assim, não pôde se mudar —sua cadeira de rodas nem passa pelas portas.

Enquanto tenta pagar a dívida e se capitalizar para as obras necessárias, mora na casa dos pais com o marido e os filhos, dois irmãos adotados em 2011. E perde todo mês os R\$ 1.000 do condomínio do apartamento novo.

O Santander havia sido escolhido por ela e pelo marido, o empresário Ricardo Severiano da Silva, 39, por ser o único banco a avaliar o imóvel abaixo do limite para que pudessem usar recursos do FGTS. Assim, além do dinheiro do pai e o da reforma, Katya teve de solicitar um empréstimo pessoal, com juros bem mais altos, ao Itaú. No processo, seus advogados calculam seu prejuízo em mais de R\$ 290 mil e pleiteiam o valor por danos materiais.

A executiva conta ter obtido anteriormente dois financiamentos imobiliários, um com a Caixa e outro com o Itaú, em 2009 e 2013, para a compra de um terreno e de seu primeiro apartamento. Os bancos também foram informados sobre a osteogênese, e a saúde dela era semelhante à atual. Os dois empréstimos já foram quitados.

Com renda familiar superior à necessária para receber o crédito no Santander, ela acusa o banco de preconceito.

Antes da adoção de seus filhos, ela e o marido moravam em um apartamento de dois dormitórios na Lapa, adaptado às suas necessidades. Agora que vive de forma improvisada com os pais, precisa de ajuda até para ir ao banheiro.

Na ação, sua defesa diz que ela foi “humilhada e discriminada por sua condição física” e reivindica R\$ 432 mil de indenização por danos morais.

Na sentença, em novembro, a juíza Clarissa Rodrigues Alves, da 7ª Vara Cível de Osasco, concordou que Katya sofreu danos morais, mas fixou em R\$ 10 mil o valor a ser pago pelo Santander e considerou improcedente a solicitação de danos materiais.

A executiva recorreu. “Diante de todo o caos que eu estou vivendo, isso não resolve nada.” Katya resolveu brigar.

>OUTRO LADO<

Santander nega que tenha agido com preconceito

A defesa do Santander, no processo judicial, afirma que o banco não tem obrigatoriedade legal de conceder financiamento a todas as pessoas que solicitam.

Carlos Augusto Tortoro Junior, advogado que assina o documento, diz que o Santander “nunca prometeu” a Katya que lhe concederia o financiamento e que ela comprou o apartamento sem as condições de acessibilidade por sua própria vontade. Dessa forma, alega “ilegitimidade passiva”, ou seja, o Santander não seria réu, pois não foi quem causou os prejuízos alegados pela executiva.

O advogado defende que o banco “nunca agiu de modo a demonstrar discriminação ou preconceito” e que “o motivo da recusa do crédito [...] jamais se deu ao fato de ser cadeirante”. Não deixa claro qual seria a razão, mas aponta que estaria ligada à “análise de risco, [que] não configura-se como abusiva”.

Procurado pela **Folha** via assessoria de imprensa, o Santander disse que “cumpre rigorosamente as normas para a concessão de crédito imobiliário” e que não irá comentar o caso por estar sub judice.

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda recolher livro que usa nome de Cunha

Ex-deputado diz que
não é autor da obra

A pedido do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Justiça do Rio de Janeiro determinou, em decisão de caráter provisório, que a editora Record deixe de distribuir o livro "Diário da Cadeia" e recolha em lojas exemplares que já tenham sido entregues.

O livro é assinado por um autor identificado apenas como "Eduardo Cunha (pseudônimo)". A Justiça também exigiu que a empresa retire de seu site materiais "que façam referência à figura de Eduardo Cunha em relação ao livro, bem como oriente as revendedoras a que tomem a mesma medida".

A multa em caso de descumprimento é de R\$ 400 mil diários. A editora removeu na sexta (24) as referências de seu site. Informou que "interrompeu imediatamente a circulação" e que tenta "obter a revogação" da decisão.

O peemedebista diz à Justiça que não é o responsável pelo livro e que a publicação se trata de "gravíssima tentativa de ganho comercial a partir de sua reclusão". Argumenta ainda que, sem "identificação que possibilite o conhecimento da autoria", a obra "ofende o preceito da vedação ao anonimato".

Na sentença, a juíza Ledir Dias de Araújo menciona a vedação ao anonimato e diz que o caso não é coberto pela proteção a pseudônimos. "A obra foi escrita como se tivesse sido pela pessoa do autor da ação, o que ele nega. Logo, não se pode ter a presente obra como lícita", escreve. Menciona ainda vedação a publicidade enganosa.

A magistrada pede que a editora "identifique e qualifique" o autor. E descarta censura: "Registro que a presente decisão não visa censurar a obra objeto da ação, mas a tutelar os direitos individuais do autor, os quais, em tese, estão sendo violados".

O advogado de Cunha Ticiano Figueiredo Oliveira diz que a decisão é "justa porque não fere entendimento do Supremo com relação às biografias, mas deixa claro que o uso de pseudônimo para fraudar uma autobiografia deve ser coibido".

Na quarta-feira, o editor do livro, Carlos Andreazza, havia dito que a obra se trata de ficção e que a ação de Eduardo Cunha, antes da publicação do livro, "esbarra na decisão do Supremo que impede a censura prévia".

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar diz que Brasil parece país de trambiques

Ele falava de vazamento de informações do TSE

DÉBORA ÁLVARES
DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, voltou a criticar os vazamentos de informações sigilosas, desta vez referindo-se à divulgação do teor de depoimentos de executivos da Odebrecht ao tribunal.

Segundo ele, isso enfraquece as instituições “como se o Brasil fosse um país de trambiques”. “Eu deploro seriamente e exijo que nós façamos a devida investigação desse vazamento agora lamentavelmente ocorrido. Eu acho que isso fala mal das instituições. É como se o Brasil fosse um país de trambiques, de infrações”, disse, em seminário sobre reforma política no tribunal.

Mendes afirmou que vai providenciar a investigação dos vazamentos de depoimentos ao TSE — embora a corregedoria do tribunal já tenha tomado essa providência. “Isso não pode ser sistematizado. Ou se tem lei, ou se pede a divulgação e se quebra o sigilo. Agora, o vazamento feito por autoridade pública é crime”, disse.

Na quinta (23), parte do depoimento de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira e herdeiro do grupo, foi revelado pelo site “O Antagonista”. A **Folha** teve acesso ao documento na íntegra.

Entre outras coisas, Marcelo afirmou, em fala no dia 1º de março, que a ex-presidente Dilma Rousseff sabia dos pagamentos de caixa dois à campanha eleitoral de 2014, apontando os ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci como interlocutores dos repasses. Disse ainda não ter recebido pedido “específico” do presidente Michel Temer.

Na terça (21), Gilmar Mendes havia criticado vazamentos de informações sigilosas da Lava Jato e da Operação Carne Fraca. O foco da crítica foi a Procuradoria-Geral da República. No dia seguinte, o procurador-geral, Rodrigo Janot, rebateu Mendes.

O ministro afirmou nesta sexta que não “adianta satanizar, demonizar” a classe política. “É preciso melhorar a qualidade, mas não imaginar que a política vai ser feita por promotores ou juízes, porque eles serão somente substitutos”.

Ainda atacou a lei da Ficha Limpa, à qual chamou de “geringonça”. “Temos sofrido muito. Parecia feita por bêbados”, declarou.

PAINEL DO LEITOR

Janot x Gilmar

A expressão “ombudsman de quase todos os assuntos da República”, utilizada por Roberto Dias, simboliza muito bem a atuação do ministro Gilmar Mendes, marcada por falta de decoro profissional (“Translado de informações”, “Opinião”, 23/3)

ALAN ROGER DOS SANTOS SILVA (Piracicaba, SP)

Gilmar Mendes, sua opinião sobre as provas e a Lava Jato é um atentado contra a inteligência dos cidadãos de bem do Brasil. Já não bastou aquele triste desfecho da Operação Castelo de Areia? Ministro, faça algo pelo Brasil e pelo povo brasileiro, não para os seus apaniguados políticos!

PAULO FERREIRA (São Paulo, SP)

Moraes no STF

Se havia alguma dúvida quanto à parcialidade de Alexandre de Moraes no STF, o fato de não ter convidado parlamentares da oposição para a sua posse é a maior evidência do objetivo escandaloso de sua nomeação (“Mônica Bergamo”, “Ilustrada”, 24/3).

DAGMAR ZIBAS (São Paulo, SP)

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Novos elementos

Ao TSE, Odebrecht diz que Dilma sabia de caixa dois na campanha; resta conhecer o teor dos pedidos de inquérito em análise pelo Supremo

Aprofunda-se, em seus detalhes e circunstâncias, a investigação a respeito das supostas irregularidades cometidas pela chapa que uniu Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), reeleitos na campanha presidencial de 2014.

Em depoimento prestado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instância que julga o pedido de cassação da chapa vitoriosa, o empresário Marcelo Odebrecht apresentou elementos contundentes para orientar o foco das novas diligências e apurações.

Trata-se, como se sabe, de declarações feitas na esteira de um acordo de delação, desprovidas de valor imediato como prova legal.

Ainda assim, levando-se em conta o que já foi desvendado pela Operação Lava Jato, peças de seu relato parecem encaixar-se —aliás, sem surpresa— na configuração de um amplo esquema de desvios.

O momento de maior impacto de seu depoimento talvez produza, paradoxalmente, poucos efeitos jurídicos concretos. Segundo Odebrecht, a ex-presidente Dilma tinha conhecimento das doações da empresa para sua campanha e de que parte dos recursos eram entregues, via caixa dois, ao marqueteiro João Santana.

Odebrecht teria, ademais, aler-

tado a ex-presidente quanto aos riscos dessa prática. Acrescentou, contudo, que não teve negociações diretas com a ex-presidente e tampouco com Temer, 'seu anfitrião em jantar já notório no Palácio do Jaburu em 2014.

Naquela ocasião, o então candidato a vice teria saído estrategicamente da sala enquanto se acertava contribuição de R\$ 10 milhões com o hoje ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Para a possível cassação da chapa basta, em tese, que se comprove abuso do poder econômico, não importando se os candidatos tinham ou não conhecimento da origem dos recursos recebidos. Quanto a uma eventual responsabilização penal de Dilma ou Temer, há ainda um longo caminho de apuração a percorrer.

Fora nomes, pouco se sabe até o momento a respeito do conteúdo integral das delações premiadas de ex-dirigentes da Odebrecht. O que agora se noticia com base em documentos limita-se aos depoimentos prestados ao TSE.

Ainda está por ser revelado o teor das dezenas de pedidos de inquérito em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cujo alcance transcende em muito a última campanha presidencial e as cúpulas do PT e do PMDB.

Espera-se, em favor da transparência, que o sigilo de tais dados seja revogado nos próximos dias, na maior amplitude possível —respeitado, é claro, o interesse das investigações em curso.

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

As outras mulheres

Conceder prisão domiciliar a mães não se trata de coisa boba, vã, mas de diretriz jurídica a ser implementada

NA LIMINAR que suspendeu o decreto judicial concedendo prisão domiciliar para Adriana Ancelmo (casada com o ex-governador Sérgio Cabral) o desembargador do TRF sediado no Rio de Janeiro usa estranho argumento: a decisão cria “expectativas vãs ou indesejáveis” para outras mulheres presas.

O que cria a “expectativa”, na verdade, é a lei editada em março de 2016, que dispõe sobre “políticas públicas para a primeira infância” e modificou o Código de Processo Penal para estimular magistrados à substituição da prisão preventiva pela domiciliar para a “mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos”.

Independentemente da análise do caso concreto, da gravidade intrínseca dos delitos por ela cometidos, de a prisão preventiva ser ou não ainda necessária (para o juiz da causa, ao que parece, não é mais), a questão não deveria ser tratada como privilégio.

A intenção do legislador é proteger a formação de crianças e estabelecer medida compulsória alternativa à prisão durante o curso do processo. Não se trata de coisa boba, vã, mas de diretriz jurídica a ser implementada.

O Brasil tem mais de 33 mil mulheres presas (número de 2014), 64% por tráfico. Com a edição da atual Lei de Drogas, em 2006, o encarceramento feminino cresceu 10,7% ao ano. O número de presas era 13 mil. É um dos legados constrangedores dos governos petistas de coalizão.

Desde 2016, há notícias de rebelião ou tumulto em penitenciárias

femininas de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Sergipe, Rio de Janeiro, Rondônia e Paraná. A motivação são os maus tratos e a superlotação. Facções criminosas já rondam prisões de mulheres para ampliar a hegemonia da intimidação.

A solução emergencial para a falta de vagas nas penitenciárias passa pelo indulto presidencial em massa de condenados por crimes não violentos. O benefício para mulheres seria o primeiro ato de um roteiro humanista de reforma que se estenderia depois a jovens de 18 a 25 anos.

Não há impedimento técnico para o indulto substancial, apesar da bobagem irracional e demagógica do constituinte de 1988, que inseriu dispositivo afirmando que a lei considerará “crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia” a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os hediondos: o artigo 5º da Constituição não é espaço adequado para supressão de direitos.

A diminuição do número de presos — o diagnóstico de que há no sistema penitenciário milhares de pessoas inutilmente encarceradas é inquestionável — representaria menos tensão, menos violência, menos marginalização, mais precisão do poder repressivo e economia de recursos orçamentários. A opinião pública pode ser esclarecida de suas vantagens.

O indulto de mulheres presas por tráfico, grande parte por condutas isoladas e de pequeno potencial ofensivo, foi sugerido por diversas entidades para a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em fevereiro do

ano passado. Pensando apenas em salvar o mandato, omitiu-se e deixou passar a oportunidade.

Michel Temer (PMDB) agora tem o desafio de enfrentar o problema. Basta inteligência administrativa e coragem política. De quebra, recomporia em parte a imagem machista que seus pronunciamentos e atitudes ajudaram a construir.

25 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Atirador fere a bala promotor e sub da Procuradoria do RN

Ataque ocorreu na sede do Ministério Público do Estado; o autor dos disparos, funcionário do MPE, conseguiu fugir

**Os dois feridos foram
levados ao principal
hospital da cidade,
e quadro deles é
considerado estável**

DANILO SÁ

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM NATAL

O procurador-geral adjun-
to do Ministério Público do
Rio Grande do Norte, Jovino
Pereira, e o promotor de Jus-
tiça Wendell Beethoven foram
baleados na manhã desta
sexta-feira (24) dentro da se-
de do órgão, em Natal (RN).

Segundo a Polícia Militar,
o responsável pelo atentado
foi identificado como Gui-
lherme Wanderley Lopes da
Silva, 44, servidor do própria
Promotoria. O procurador Jo-
vino foi atingido no abdô-
men, e Beethoven, baleado nas
costas. Os dois foram levados
para o Hospital Walfredo Gur-
gel, o maior do Estado, e o
quadro deles é considerado
estável, segundo a assessoria
do órgão, sem mais detalhes.

O atirador teria invadido
uma reunião que ocorria no
segundo andar do prédio on-
de funciona o órgão. O crime
ocorreu por volta das 11h30.

FORAGIDO

Após os disparos, o suspei-
to conseguiu escapar da se-
gurança e fugiu. A PM faz
buscas na região. Algumas
testemunhas chegaram a re-
latar que o atirador pergun-
tou pela presença do procu-
rador-geral de Justiça, Rinal-
do Reis, antes de efetuar os
disparos, mas foi informado
de que ele estaria ausente.

26 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO
ENTREVISTA PIERPAOLO BOTTINI

Exageros que são cometidos pela Lava Jato não maculam a operação

PROFESSOR DE DIREITO PENAL AFIRMA QUE JUDICIÁRIO PRECISA CORRIGIR PALHAS COMO A PRERROGATIVA DE FORO, QUE DIFICULTA O ANDAMENTO DAS AÇÕES

RAIO-X

Nascimento

20 de novembro de 1976

Formação

Advogado formado pela Faculdade de Direito da USP

Carreira

É advogado e professor do departamento de direito penal da USP. Foi secretário de Reforma do Judiciário (2005-2007) e do Departamento de Modernização Judiciária (2003-2005). Autor de livros de direito penal

ROGÉRIO GENTILE
WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

Professor de Direito Penal da USP e advogado de envolvidos na Lava Jato, Pierpaolo Cruz Bottini, 40, tem críticas ao que chama de excessos da operação, que neste mês completou três anos. Mas, ao contrário de muitos dos seus colegas, considera que nenhum desses “exageros” maculam a operação.

Pier, como é conhecido, esteve à frente da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005-2007), no governo Lula. Hoje atua na defesa do executivo Dalton Avancini, ex-presidente da construtora Camargo Corrêa, e da jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), entre outros clientes.

Para Bottini, o grande mérito da Lava Jato foi ter mostrado as vísceras do financiamento de campanha. O maior problema, diz, foram prisões decretadas de forma desnecessária.

“A Operação Lava Jato podia ter alcançado tudo o que alcançou sem esses exageros. Mas não acho que esses exageros maculam a operação”, afirma. Leia abaixo, sua entrevista à **Folha**:

Folha - Qual o balanço dos três anos da Lava Jato?

Pierpaolo Cruz Bottini - A Lava Jato é muito importante porque mostrou as vísceras do problema do financiamento de campanha. O principal mérito é revelar como se dava a relação empresas e sistema político. E aponta a necessidade urgente de uma reforma nessa área.

O veto à doação de pessoa jurídica não cumpriu esse papel?

Foi passo importante, dado pelo Supremo Tribunal Federal. Ainda assim é preciso mexer em uma série de coisas. Por exemplo, o tratamento ao caixa dois. É preciso regulamentar melhor, mexer na pena do crime de caixa dois e assim por diante.

“Se existirem fatos que apontem para qualquer pessoa, têm de ser investigados independentemente da consequência política. Não me parece correto não investigar porque a pessoa ocupa cargo A, B ou C”

CONTINUA

Houve excessos na Lava Jato?

Houve excessos pontuais. Uma boa parte das medidas cautelares eram desnecessárias. Alguns acham esses exageros justificáveis. Eu acho que nenhum exagero é justificável. A operação podia ter alcançado tudo o que alcançou sem esses exageros. Mas não acho que esses exageros maculam a operação.

Garantias individuais foram atropeladas?

Quando você fala que tem uma prisão decretada de forma desnecessária, você está de certa forma aplicando uma restrição à liberdade desnecessária. Então eu acredito que sim, existiram exageros.

Há hoje uma corrida por delação premiada?

A delação é uma opção legítima daquele que praticou um crime e se vê envolvido numa investigação. Então, a partir do momento em que há um acervo probatório contra essa pessoa, ela tem todo o direito de optar por uma delação. E é o que as pessoas estão fazendo. Havia uma resistência muito grande, inclusive por parte dos advogados, em fazer a colaboração premiada, mas isso não existe mais. Ou pelo menos não com a intensidade que existia.

Antes da Lava Jato houve grandes operações que foram anuladas nos tribunais superiores. Hoje as instâncias superiores confirmam quase a totalidade das decisões da Lava Jato. O que mudou?

Houve uma evolução do ponto de vista daqueles que investigam esses fatos, uma evolução para evitar nulidades. Mas o ponto central é outro. A Lava Jato só foi possível porque foram aprovadas algumas leis em 2012 e 2013. Não ocorreu porque um belo dia as pessoas acordaram e resolveram passar o Brasil a limpo.

Após as manifestações de 2013, o Congresso aprovou três leis importantes. Primeiro, houve a nova lei de lavagem de dinheiro. Depois, a das organizações criminosas, que regulamentou a colaboração premiada e corrigiu falhas das legislações anteriores.

E em terceiro lugar, a lei anticorrupção, que trouxe o instituto da leniência, da colaboração de empresa. Não é por acaso que seis meses depois surgiu a Lava Jato.

Hoje há necessidade de uma reforma no Judiciário?

Existem falhas que precisam ser corrigidas. Por exemplo, a questão da prerrogativa de foro. É um problema. Dificulta o andamento das ações penais.

Qual sua ideia?

Todas as pessoas deveriam ser julgadas por juízes de primeira instância. Mas qualquer medida cautelar que impactasse o exercício de um mandato precisaria ser tomada por um colegiado de juízes. Isso mantém a eficiência do sistema para processar e julgar essas pessoas, mas salvaguarda o cargo.

A Lava Jato vai até quando?

Se a gente entender a Lava Jato como algo restrito à Petrobras, é claro que em algum momento vai se exaurir.

Se a gente entender como uma investigação de atos de corrupção e de lavagem de dinheiro, não tem um momento para terminar isso.

O senhor vê um vínculo da Lava Jato com a crise econômica?

Não acho que a crise de hoje seja por conta da Lava Jato. Mas é evidente que de alguma forma impactou e talvez tenha aprofundado um pouco essa crise. Mas não acho que devemos criticar a operação porque afetou a capacidade de funcionamento das empresas. Acho que o que falta no país é um instrumento que preserve as empresas enquanto as pessoas físicas que cometeram delitos sejam responsabilizadas.

Que tipo de instrumento?

O acordo de leniência. Há hoje uma legislação que fala em acordo de leniência, mas nenhum foi homologado. Isso gera uma instabilidade muito grande. Você poderia através da leniência manter a empresa funcionando e punir as pessoas responsáveis. Mas o sistema até agora não tem funcionado porque há briga muito grande entre órgãos, CGU, TCU, AGU, Ministério Público e o Judiciário. É preciso aprovarmos uma reforma nesse setor.

A Lava Jato será didática para o país?

Acho que sim. Se as pessoas começarem a perceber que os atos de corrupção têm consequências e que há punição efetiva, isso vai ser muito salutar para o Brasil.

26 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público e vazamentos

NELSON JOBIM

Nada será investigado a respeito dos vazamentos das delações da Odebrecht, em que os informantes teriam sido os membros do MP?

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, requereu ao Supremo Tribunal Federal, no dia 14, a abertura de 83 inquéritos decorrentes das delações de executivos e ex-dirigentes da construtora Odebrecht.

Em nota, o procurador-geral afirmou não ser possível a divulgação de detalhes dos procedimentos, uma vez que o tema estava sob sigredo de Justiça. O sigredo de Justiça decorre da lei, não consiste em opção do Ministério Público.

Por isso, pleiteou ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, a suspensão parcial do sigilo, sob o argumento “de promover transparência e garantir o interesse público”. O ministro ainda não decidiu.

Não obstante, veículos da mídia (**Folha**, “O Estado de S. Paulo”, “O Globo” e sites) divulgaram os mesmos 16 nomes de políticos citados na lista dos pedidos de inquérito.

A coincidência fez com que a ombudsman da **Folha**, Paula Cesarino Costa, pesquisasse a origem de tais reportagens.

Em sua coluna publicada nesta **Folha** no dia 19, a ombudsman relata que “a divulgação da chamada segunda lista de Janot se deu por meio do que, no mundo jornalístico, se convencionou chamar de ‘entrevista coletiva em off’”.

“Após receberem a garantia de que não seriam identificados, representantes do Ministério Público Federal se reuniram com jornalistas, em conjunto, para passar informações sobre os pedidos de inquérito, sob sigredo, baseados nas delações de executivos da Odebrecht.”

A ombudsman lança então as seguintes indagações: “Qual o sentido de se deixar conhecer só alguns dos envolvidos? Qual a estratégia dos procuradores, parte interessada do processo, ao divulgar uns e omitir outros? Por que não liberar, por exemplo, os que estão nos pedidos de arquivamento?”.

E conclui: “Para o leitor, resulta em história contada pela metade. Informação passada a conta-gotas tira o entendimento do todo e levanta a desconfiança de manipulação”.

Uma questão básica precede as formulações da ombudsman. O procurador-geral reconheceu e afirmou que os pedidos de inquérito estão sob sigredo de Justiça, mas ainda assim procuradores teriam divulgado parte do material, sem aguardar a decisão do STF.

O Estatuto do Ministério Público da União veda essa conduta. O artigo 246 impõe aos membros da instituição, “em respeito à dignidade de suas funções e à da Justiça”, “guardar sigredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheçam em razão do cargo” e “desempenhar com zelo e probidade as suas funções”.

A demissão é a penalidade imposta pelo estatuto em tais casos de revelação de assuntos sigilosos.

No caso concreto, é fato incontestante que alguém vazou os nomes para a imprensa. Também é fato que todo jornalista tem o direito ao sigilo da fonte resguardado pela Constituição.

Respeitado o princípio constitucional, faz-se necessário saber se a informação revelada pela ombudsman é verdadeira. O objetivo não é emitir juízos para invalidar as delações, mas atribuir as devidas responsabilidades pelo ato.

Vazamentos devem ter o mesmo tratamento, sem distinções, seja quem for o seu autor.

Na última terça (21), o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná, determinou a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães, que edita o “Blog da Cidadania”.

Determinou ainda “a apreensão de quaisquer documentos, mídias, HDs, laptops, pen drives, arquivos eletrônicos” que teriam sido utilizados por Guimarães.

Tudo porque o blogueiro antecipou, em fevereiro do ano passado, informações sigilosas da Operação Lava Jato sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula, que ocorreu em março.

Na época o Ministério Público reclamou que o fato atrapalhara a investigação, o que deu origem ao procedimento judicial.

Num primeiro momento, o juiz Moro considerou que Guimarães não era jornalista e, portanto, não estaria protegido pela regra constitucional de sigilo da fonte.

Após protestos de associações da classe, o juiz recuou e cancelou as provas obtidas em quebra de sigilo.

É admissível o tratamento diverso a situações iguais? Nada será investigado e nada acontecerá a respeito dos vazamentos das delações da Odebrecht?

Há também a questão penal da violação de sigilo profissional, em que Protógenes Queiroz foi condenado à perda do cargo de delegado da Polícia Federal por vazar informações da Operação Satiagraha.

NELSON JOBIM, advogado, foi ministro da Justiça (governo FHC), da Defesa (gestões Lula e Dilma) e do Supremo Tribunal Federal

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Sem botas

26 MAR 2017

E se Gilmar estiver se capitalizando para ser visto, na contabilidade do PMDB & sócios, como candidato?

TUDO O que o ministro Gilmar Mendes tem defendido, na aceleração da sua atividade de político, corresponde aos interesses do grupo que tem dominado a política brasileira, liderado pelos expoentes do PMDB e seus seguidores em vários partidos. O repúdio ao recato próprio de um ministro do STF não se faria sem motivo. Qual poderia ser o de Gilmar?

Dois traços marcantes de sua personalidade explicam alguma coisa. Um, sua identificação com a direita, evidente desde que se aproximou da vida pública. Talvez bastasse dizer que teve a nada invejável função de assistente jurídico de Collor na Presidência. Mas Gilmar Mendes quis consolidar a primeira evidência com seu desempenho como advogado-geral da União no governo Fernando Henrique.

A época se disse que selecionado por Sérgio Motta entre os possíveis dispostos a fazer uma barragem contra incômodos ao governo, não há dúvida de Gilmar Mendes se saiu bem na missão. O outro traço marcante é a atração pelo poder.

São, porém, características que Gilmar poderia arrefecer, ao menos o suficiente para ter conduta adequada a juiz, a ministro do STF e a presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Não o fez. Muito ao contrário. A um só tempo crítico e colaborador de Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato, foi como ansioso militante que comprometeu o STF com o apoio ao vazamento ilegal de gravações ilegais, feito pelo juiz de Curitiba. Um vazamento a que não atacou "como crime", porque servia à sua e à causa da corrente conservadora no Congresso.

Com a mesma motivação, Gilmar Mendes reteve por ano e meio a proibição de doações "eleitorais" por empresas, na tentativa de impedi-la. Para encurtar: entre outros desempenhos, tem batalhado pela admissão do caixa 2, o "por fora" nas eleições; prega a anulação dos inquéritos e processos que tiveram vazamentos; apoia a anistia aos doadores e recebedores do "por fora"; e propaganda a volta das doações "eleitorais" de empresas. Estranhas, a militância e as posições?

E se Gilmar estiver se capitalizando para ser visto, na contabilidade política do PMDB & sócios, como potencial candidato à Presidência? O PMDB controla o jogo político, por sua dimensão e por meios escusos, mas não tem como alcançar o poder de fato: em seus numerosos quadros não há quem mostre condições de disputa real da Presidência.

Um quarto de século de eleições diretas para presidente — e o gigante PMDB só na figuração. Seus sócios, atuais ou possíveis, não passam de reboques. Um candidato confundindo-se com o Supremo e oferecendo à direita um candidato sem as botas militares de Bolsonaro, pode imaginar-se como um presente para o PMDB, DEM, PP e cia. Gilmar tem feito a alegria de Renan Calheiros, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Michel Temer, e por aí. À toa, não é.

BRASILEIRINHOS

1- Alexandrino Alencar, um dos delatores da Odebrecht, diz que comprou o horário gratuito do PC do B, do Pros e do PRB para a campanha de Dilma/Temer. Só se o PC

do B vendeu o que já dera à campanha, na aliança pública com o PT.

2- O blogueiro Eduardo Guimarães não tinha obrigação e talvez nem tivesse meios de saber que Moro considerava sigilosa a sua ordem de detenção de Lula, naquele tal "depoimento coercitivo". Teve a informação e divulgou-a, sem razão alguma para fazer dela um segredo. Fez um vazamento. Prática jamais condenada, sequer criticada, por Moro. A detenção de Guimarães, o arresto de seu equipamento e a coerção para dar o nome do informante foram arbitrariedades em hora apropriada: o projeto do Senado contra abuso de autoridade deve ser votado dentro de duas semanas.

26 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

GILMAR MENDES

Cheguei a propor o descarte do material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente e divulgadas ilicitamente. Devemos considerar esse aspecto

Ministro do STF e presidente do TSE, em críticas ao vazamento de informações das delações premiadas de executivos da Odebrecht

Eu deploro seriamente e exijo que nós façamos a devida investigação desse vazamento agora lamentavelmente ocorrido. Isso fala mal das instituições. É como se o Brasil fosse um país de trambiques, de infrações

Idem

RODRIGO JANOT

Alguns tentam nivelar a todos à sua decrepitude moral, e para isso acusam-nos de condutas que lhes são próprias
Procurador-Geral da República

E, apesar da imputação expressa até ao STF, não vi uma só palavra de quem teve uma disenteria verbal a se pronunciar sobre imputação ao Congresso, ao Planalto e até ao Supremo

Idem

ELIO GASPARI

DISENTÉRICOS

O ministro Gilmar Mendes e o procurador Rodrigo Janot meteram-se num desqualificado bate-boca.

Gilmar age como concessionário do apocalipse e Janot, como um Cerbero na defesa dos vazamentos de sua corporação. O Conselho Nacional de Justiça deveria condenar os dois a assistir ao vídeo da sabbatina do juiz Neil Gorsuch, indicado para a Corte Suprema dos Estados Unidos.

Ele dominou a cena e as questões do direito que interessavam aos senadores. Deu uma aula de elegância e fica o registro: Gorsuch é mais conservador que Gilmar e mais severo que Janot.

O vídeo está na rede.

LULA

Aquele Dallagnol sugerir que o PT foi criado para ser organização criminosa... O que aquele moleque conhece de política? Ele acha que sentar em cima da Bíblia dá solução de tudo. Não dá

Ex-presidente (PT) da República, referindo-se ao procurador da República Deltan Dallagnol, um dos responsáveis pela Lava Jato

26 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ex-governador tucano recebeu propina de R\$ 3 mi, diz delação

Repasse teria sido retribuição à ação de
Teotônio Vilela em prol da Odebrecht

Segundo delatores, quando governador, ele cobrou 2,25% do valor de contratos do Canal do Sertão Alagoano

O ex-governador de Alagoas e presidente do PSDB no Estado, Teotônio Vilela Filho, que despontou como uma das principais lideranças tucanas no Nordeste, teria recebido R\$ 2,8 milhões em propina durante seu mandato, segundo delatores da Odebrecht na Operação Lava Jato.

Vilela Filho comandou o Estado por dois mandatos consecutivos, de 2007 a 2014.

O repasse, segundo os delatores, foi feito por causa da atuação de Vilela Filho em favor da empreiteira nas obras do Canal do Sertão Alagoano, maior projeto de infraestrutura hídrica do Estado.

O ex-governador cobrou 2,25% de propina de contratos da obra, disseram à PGR (Procuradoria-Geral da República) executivos e ex-executivos da empreiteira.

O dinheiro foi repassado a Vilela Filho e a outros dois agentes públicos ligados à Secretaria de Infraestrutura do Estado.

Como contrapartida, as licitações das obras do lote 4 foram direcionadas à Odebrecht, disse João Pacífico, ex-diretor do grupo no Nordeste. O lote 3 ficou com a OAS.

A negociação e os pagamentos aconteceram quando o tucano governava o Estado. O dinheiro teria sido pago pela área de operações estruturadas da Odebrecht, apontada como responsável pelos pagamentos ilícitos.

Além de Vilela Filho, outros políticos se beneficiaram das obras do canal, segundo os delatores. A lista incluiria o senador Fernando Bezerra (PSB-PE), ministro da Integração Nacional (2011-2013) do governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

De acordo com a Odebrecht, os recursos saíam da pasta de Bezerra, com quem negociaram R\$ 1 milhão para a campanha ao Senado em 2014 pagos por meio de caixa dois.

Os relatos dos delatores envolvendo Bezerra integram investigação que corre no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na terça (21), as delações embasaram uma nova fase da Lava Jato contra aliados dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Humberto Costa (PT-PE). Nenhum parlamentar foi alvo diretamente.

A Odebrecht é uma das empreiteiras envolvidas na construção do canal, que começou a ser construído em 2002, mas só engrenou em 2007.

Projetado para ter 250 km de extensão e abastecer cerca de 1 milhão de pessoas no

semiárido, ao custo de R\$ 1,5 bilhão, o projeto ainda não chegou à metade do previsto.

Hoje, tem 107 km prontos e atende 160 mil pessoas. Já foram gastos mais de R\$ 2 bilhões até o lote 4. Além da Odebrecht e da OAS, a Queiroz Galvão participou da obra. Todas são alvos da Lava Jato.

(BELA MEGALE E LETÍCIA CASADO)

DUÍTAO LADO C

Vilela afirma que nunca negociou favores

O ex-governador Teotônio Vilela Filho disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que desconhece as informações apuradas pela *Folha* e reafirma que nunca negociou favores ou autorizou quem quer que seja a negociá-los em seu nome.

A defesa de Fernando Bezerra Coelho, ex-ministro da Integração Nacional, afirmou que desconhece qualquer menção ao senador na operação realizada na terça (21). Disse ainda que Bezerra está à disposição das autoridades para esclarecimentos.

27 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Atos a favor da Lava Jato levam menos gente às ruas

Para organizadores, difusão de pautas reduziu adesão; Planalto não comenta

Enquanto políticos debatem maneiras de minimizar os efeitos da Lava Jato, as manifestações em defesa da operação tiveram pouca adesão neste domingo (26).

Os atos, que ocorreram em ao menos 21 capitais, foram convocados pelos grupos que encabeçaram, em 2016, as manifestações pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

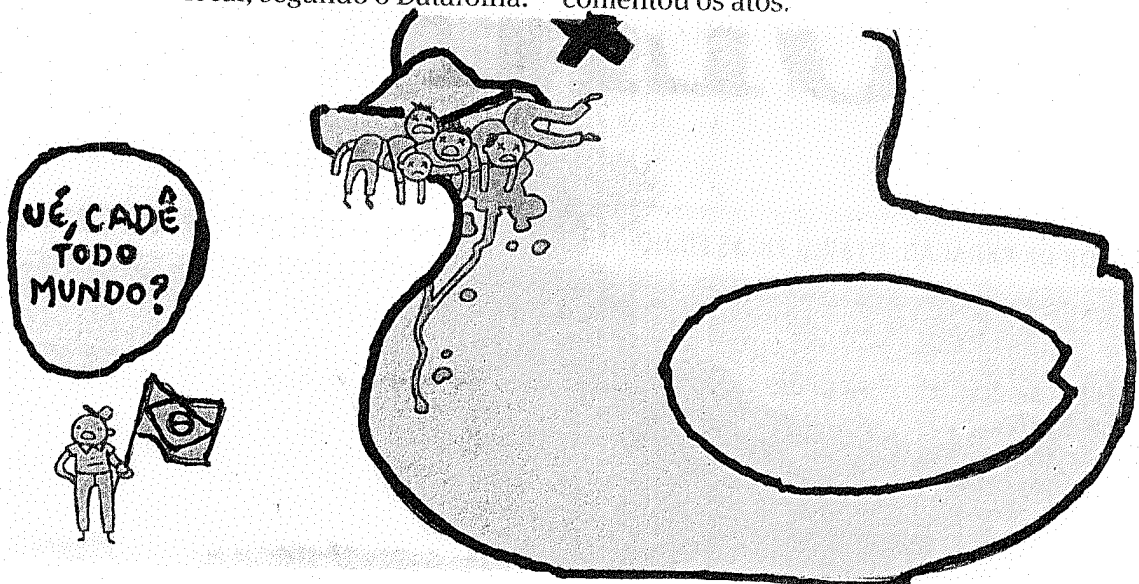
Em São Paulo, 15 mil pessoas compareceram à av. Paulista, segundo os organizadores — a PM não divulgou números. Em 2016, 500 mil se reuniram no mesmo local, segundo o Datafolha.

A PM afirmou que em Brasília havia 500 manifestantes. No Rio, organizadores não divulgaram números.

Segundo os grupos que coordenaram os atos, a adesão menor se deve à difusão de pautas dos protestos.

Além da defesa da Lava Jato, houve críticas à contribuição sindical compulsória, à proposta de reforma política e pedidos de intervenção militar. Estavam no protesto em São Paulo, entre outros, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) e a atriz Regina Duarte.

O Palácio do Planalto não comentou os atos.

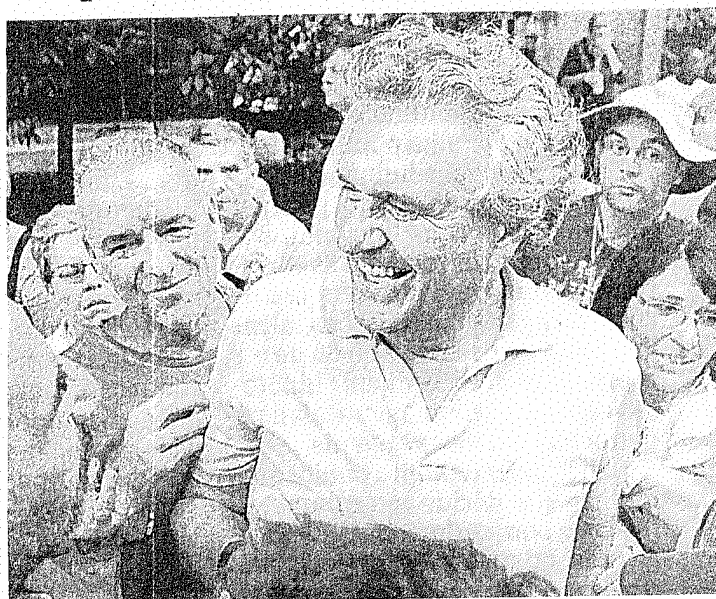


27 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Movimentos fazem atos esvaziados pró-Lava Jato

Público acanhado ocorre em meio a ofensiva
de políticos contra investigação



O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) saúda manifestantes



Empresário Rogério Chequer, líder do grupo Vem Pra Rua

CONTINUA

De acordo com os organizadores, pautas difusas foram a causa de menor mobilização em protestos pelo país

Enquanto a classe política debate maneiras de minimizar os efeitos da Lava Jato sobre si, as manifestações convocadas em diversas cidades do país para a defesa da operação tiveram adesão acanhada neste domingo (26).

Chamados pelos grupos que encabeçaram as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016, os atos tiveram um público muito inferior ao dos protestos do início do ano passado, quando a pauta principal era a saída da então presidente.

O maior deles, no dia 13 de março de 2016, chegou a reunir cerca de 500 mil pessoas na avenida Paulista, em São Paulo, segundo o Datafolha.

Neste domingo, a estimativa de organizadores é de que cerca de 15 mil pessoas foram às ruas na cidade. A PM não fez contagem de público.

Pelo menos 21 capitais tiveram protestos neste domingo, segundo levantamento da **Folha**. Em algumas cidades, como Belém e Manaus, não havia mais que cem pessoas.

Em Porto Alegre e Recife, a estimativa dos organizadores não passou de 5.500 pessoas. Em Brasília, foram 500 pessoas, segundo a Polícia Militar. No Rio de Janeiro, manifestantes decidiram não divulgar números de público.

O motivo apontado pelos grupos para a menor presença de pessoas é a difusão de pautas do protesto.

Em São Paulo, sobre cerca de cinco carros de som, movimentos como Vem Pra Rua, e MBL (Movimento Brasil Livre) discursaram sobre temas que variavam desde a defesa da Lava Jato, o fim da contribuição sindical compulsória até pedidos de golpe militar.

“O público é o que esperamos”, afirma o coordenador do MBL (Movimento Brasil Livre) Kim Kataguiri. “Agora as pautas são diferentes. O impeachment mobilizava mais porque as pessoas estavam fazendo parte da história”, diz.

No Vem Pra Rua, posicionado em frente ao Masp e que atraiu a maior parte do público, os principais alvos foram a anistia para o crime de caixa dois, o foro privilegiado, o sistema de lista fechada nas eleições e os projetos para aumentar o financiamento público dos partidos políticos.

Para o líder do movimento, Rogério Chequer, a oportunidade de “alertar a sociedade” sobre esses temas foi mais importante que o número de presentes no ato.

“A pauta não é mais binária, não é ‘sou contra’ ou ‘sou a favor’”, afirmou. “A gravidade do momento hoje é tão grande quanto era há um ano atrás. Mas os riscos agora não estão tão explícitos.”

No caldeirão de reivindicações, havia pautas opostas. Enquanto no carro de som do MBL os coordenadores discursavam a favor de reforma da Previdência, era possível encontrar manifestantes com cartazes contrários às mudanças nas regras da aposentadoria.

“Ela só beneficiará o governo. Você passa 40, 50 anos contribuindo para se aposentar aos 80 e receber valor mínimo”, disse o aposentado Antonio Carlos, 61.

No último dia 15, movimentos de esquerda levaram milhares às ruas contra a reforma e o governo do presidente Michel Temer.

Com a menor adesão de público, ganharam visibilidade na Paulista grupos mais radicais e com pautas heterodoxas, como os que pediam o retorno da ditadura militar, discursando para cerca de cem pessoas contra uma suposta “ditadura comunista” existente no país.

Também sobraram críticas a políticos de diversas matizes. Os ex-presidentes petistas Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva se mantiveram alvos preferenciais das reclamações de manifestantes.

No entanto, diversos movimentos criticaram Temer, o presidente do Senado Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), entre outros. Os senadores tucanos Aécio Neves e José Serra e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também foram alvo dos discursos.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes também foi criticado por manifestantes que consideram suas falas contra vazamentos de delações da Odebrecht uma ameaça à Lava Jato.

Ao contrário de 2016, poucos políticos compareceram aos atos. Em São Paulo, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi o político de maior destaque a ir à rua. (ANGELA BOLDRINI, FLÁVIO FERREIRA, ESTELITA HASS CARAZZAI, LUIZA FRANCO E DIMMI AMORA)

FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

A cultura da propina

BRASÍLIA- “O sistema me dragou.”

A frase é de Benedicto Júnior, um delator de crimes cometidos pela Odebrecht. Entrou como trainee aos 23 anos e chegou em 2009 à presidência de infraestrutura, cargo então subordinado só a Marcelo Odebrecht.

Tem 32 anos de empresa, onde é conhecido como BJ. Até ser preso pela Lava Jato, em fevereiro de 2016, era uma história de sucesso profissional. Um executivo reconhecido.

BJ prestou um depoimento sigiloso de 57 páginas ao ministro Herman Benjamin, relator do processo de cassação da chapa Dilma-Temer.

Na página de número 50, já nas considerações finais, o ministro do TSE disse que estava “impressionado” com o relato de BJ de que a prática do uso de caixa dois funcionava desde os tempos de Norberto Odebrecht, fundador do grupo baiano.

O ministro perguntou: “Como isso funcionava para um jovem trainee? Como essa cultura entrava na formação de um profissional que ia ficar 30 anos na empresa?”.

“A Odebrecht, talvez, seja a parte mais vistosa do processo, por ser uma empresa grande, mas a nossa realidade é essa”, respondeu BJ.

Ele continuou: “É aviltante você não poder ter uma discussão técnica onde prevaleça o bom senso e o que é melhor para o negócio”.

BJ disse no depoimento ao TSE que quer pagar sua “conta com a sociedade”: “Quero que meus filhos entendam o que fiz. Eles viam as pessoas (políticos) me pedindo”.

O executivo é um criminoso confesso. Se o esquema que encheu o bolso de políticos e partidos deu certo, foi também por culpa dele. BJ é um bom exemplo de como o sistema funciona e do que não deve ser feito.

Um personagem que merece a atenção sobretudo de engenheiros, arquitetos e administradores de empresas ligados à construção civil.

Segundo BJ, as delações da Odebrecht talvez ajudem a melhorar o país e as novas gerações a não perder a esperança. “A verdade é que os jovens querem ir embora”, disse.

27 MAR 2017

27 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

AMPULHETA

O atrito do senador Renan Calheiros com o presidente Michel Temer já faz uma primeira vítima: Gustavo do Vale Rocha. O nome dele precisa ser aprovado pelo plenário do Senado para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público. O grupo de Renan está empurrando a votação com a barriga.

EM TODAS

Vale Rocha, que advogou para Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é hoje subchefe jurídico da Casa Civil. Eclético, ele chegou a ter o apoio do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para substituir Alexandre de Moraes no Ministério da Justiça.

BALA PERDIDA

A demora do Senado bloqueia também outra indicação, a da procuradora Maria Tereza Uille Gomes para o Conselho Nacional de Justiça.

27 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Legalizar o aborto, não a eugenia

LEONARDO MASSUD

A legalização do aborto, para ser humanitária e constitucional, só pode ser total, ou seja, para qualquer gravidez, sem restrições

Há muitas controvérsias sobre o número de abortos provocados no Brasil, não só pela dificuldade de se revelar o que é, majoritariamente, clandestino mas especialmente pela diferença metodológica na coleta de dados. Não caberia neste espaço discuti-las.

O que não se pode negar, porém, é que a incidência é massiva, assim como são muitos os casos de mortes em decorrência de complicações do aborto mal induzido.

Por outro lado, o conceito de vida intrauterina não é unívoco. Tantas são as dificuldades teóricas acerca do momento inicial da vida (fecundação, nidação, formação do sistema nervoso etc.) que, em última análise, a vida começa quando você preferir que ela comece.

Não obstante tratar o feto como mero apêndice do corpo da mulher esconda a real complexidade do problema, é inegável que as consequências de uma gravidez e de sua interrupção afetam muito mais a gestante do que qualquer outra pessoa. Por isso, a opção pelo abortamento, ainda que seja tomada em conjunto com o parceiro, deve ficar, ao final, a cargo da mulher.

Interromper a gravidez já traz consequências emocionais mais do que suficientes para recomendar re-

posso. Mais do que isso, a mulher precisa de cuidados profissionais. Tratar como crime é querer impingir mais um sofrimento a quem, por qualquer circunstância que seja, tomou essa drástica decisão.

Sim, o aborto deve ser legalizado, seja por razões de saúde pública —para evitar a mortalidade ou sequelas para as mulheres mais pobres—, seja por uma política criminal mais racional e humanista.

A legalização do aborto, para ser humanitária e constitucional, porém, só pode ser total, ou seja, para qualquer gravidez, sem restrições. Alargar as permissões, além dos casos de risco de vida ou de estupro, para apenas incluir hipóteses como o risco de microcefalia é patrocinar a nefasta eugenia.

Não se defende aqui a punição da mulher que decide interromper a gravidez porque descobriu que gesta uma criança com deficiência. Nesse caso, a escolha é pessoal. O que não é possível, em pleno sécu-

lo 21, é achar normal que o Estado patrocine a eugenia.

Por que a vida com microcefalia é descartável e outras não? Quais serão os próximos? Todos os que não se encaixam na apertada caixa da “normalidade” que cismamos em construir e cultivar socialmente? Não julguemos as mães, mas nós mesmos enquanto sociedade.

Que espécie de comunidade pretendemos construir se não aceitamos ou mesmo louvamos a diferença? Seguramente parte preciosa da riqueza de nossa civilização é fruto do convívio entre as mais diversas pessoas.

Há algo muito mais do que simbólico em alargarmos as hipóteses de aborto nessa direção (da eugenia). Embora se queira disfarçar o incômodo com os “incômodos”, nada mais faremos do que reeditar, com roupas novas, o extermínio daqueles considerados como de menor valor.

Assim, nós nos comportaremos, como cada vez mais fazemos, como consumidores e não como cidadãos, rejeitando as “mercadorias” fora do “padrão”.

LEONARDO MASSUD é professor de direito penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e advogado criminal

27 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP e OAB alternam-se em tribunais com número ímpar de vagas do quinto

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional prevê que, nos tribunais em que for ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será, alternada e sucessivamente, preenchida por advogado e por membro do Ministério Público. Essa foi a explicação dada pelo ministro Ricardo Lewandowski ao negar seguimento a mandado de segurança impetrado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Janot apresentou o questionamento contra futura nomeação de um integrante da advocacia para o cargo de juiz

do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ele alegou que a vaga destinada ao quinto constitucional deveria ser ocupada por membro do Ministério Público, pois o antigo ocupante, Marcelo Navarro, atual ministro do Superior Tribunal de Justiça, é oriundo do MP.

No entanto, o TRF-5 decidiu que a vaga seria preenchida por um advogado. Para que a vaga, que surgiu em 2015, fosse ocupada por um advogado, a corte argumentou que havia superioridade numérica de membros do MP nas vagas do quinto constitucional quando Navarro deixou o tribunal.

Proteção do consumidor não o exclui dos efeitos da recuperação judicial

A proteção do consumidor como direito fundamental não é capaz de blindá-lo dos efeitos do processo de recuperação judicial do fornecedor.

Com esse entendimento, os ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceram que viola o juízo atrativo da recuperação a ordem de penhora on-line decretada por julgador diverso daquele que preside o processo de reestruturação financeira de sociedade empresária fornecedora.

Na origem, ao solucionar conflito de competência entre a

Comarca de Niterói e a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) entendeu que as regras de proteção ao consumidor justificavam a prática de atos constitutivos pelo juízo de Niterói, responsável pelo processamento de ação indenizatória ajuizada por consumidor, mesmo após o deferimento da recuperação judicial da fornecedora pelo titular da vara empresarial.

DEFINIÇÃO EXPRESSA

Para o relator do recurso no STJ, ministro Villas Bôas Cueva, a

Lei de Falência e Recuperação (Lei 11.101/05) dispõe de forma clara a respeito de quais créditos não se sujeitam à recuperação judicial.

O magistrado lembrou que, apesar da natureza exemplificativa do rol de direitos básicos do consumidor previsto no CDC (artigo 7º), a Lei de Falências e Recuperação Judicial, sistema normativo especial e posterior, optou por perpetuar a omissão do diploma consumerista, não complementando a lista de garantias destinadas aos consumidores com excepcionalidades voltadas ao processo de recuperação.

27 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-SP proíbe remédio genérico porque original aguarda patente há 13 anos

A demora de 13 anos para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) reconhecer patente de um medicamento afronta a razoável duração do processo e permite ao Poder Judiciário a correção do erro administrativo.

Com esse entendimento, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo proibiu dois laboratórios de produzirem similares ou genéricos de um produto para tratamento de glaucoma e hipertensão ocular, porque a droga original aguarda reconhecimento oficial desde 2004.

O problema é que, nesse período de espera, as companhias conseguiram registro sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para vender produto com a mesma composição. A inventora já havia garantido o direito de exclusividade em primeiro grau, e a liminar foi mantida por maioria de votos.

O colegiado concluiu que a “inamissível e desproporcional” conduta do Inpi gera risco à empresa que investiu em pesquisa. “Os avanços da ciência (...) podem fazer com que o medicamento discutido seja superado por outros mais modernos antes mesmo do pedido de patente ser analisado de forma definitiva”, afirma o acórdão, publicado na segunda-feira (20/3).

Justiça manda recolher imagens de Bangu 8

O juiz Guilherme Schilling Duarte, da Vara de Execuções Penais (VEP) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) determinou ao governo do estado o recolhimento de imagens do sistema de segurança da Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu 8), no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, na capital fluminense.

O pedido foi feito após a verificação por uma equipe de fiscalização da VEP, em visitas regulares, que algumas câmeras da unidade não funcionavam. De acordo com o TJRJ, durante inspeção realizada no último dia 9, para apurar um desentendimento entre dois presos, um agente penitenciário informou falhas no sistema.

25 MAR 2017

26 MAR 2017

GAZETA DO POVO

HISTÓRIA

Chloris Casagrande
Justen lutou contra
as limitações às
mulheres e venceu!

Ela sempre quis ser

CHLORIS

Educadora e poetisa curitibana, que não baixou a cabeça para os militares, mostra que para ser mulher é preciso ter coragem

"A maioria [dos pais daquela época] não queria que as filhas fossem para a universidade. Eles queriam que as filhas casassem."

Chloris Justen, presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura

CONTINUA

25 MAR 2017
26 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Talita Boros Voitich

Chloris Casagrande Justen tem olhos pequenos, muito vivos e bem-maquiadados com delineador. Os lábios e as unhas são pintadas de vermelho. No corpo franzino, a meia de lycra e o sapato de salto completam a imagem desta senhora curitibana que não esconde a vaidade aos 93 anos de idade. A professora Chloris se anima quando começa a contar sua trajetória. As agruras de ser pioneira num mundo comandado por homens não a impediu de ser tudo o que sempre quis. Chloris simplesmente foi e ainda é.

Discípula de Erasmo Pilotto, educador dos mais importantes do Paraná, a jovem estudante curitibana teve no professor — mais tarde também no marido, o desembargador Marçal Justen — o maior incentivador na vida do lado de fora dos muros de casa. “Ele [Pilotto] me dava um livro e dizia que eu tinha que decorar aquela poesia e declamar depois. Eu morria de medo, mas ia lá, estudava e declamava. Ele dizia ‘você precisa sentir a poesia’ e mandava eu estudar de novo. Nesse caminhar eu tomei gosto pelos versos”, conta. Era início da década de 1940.

Declamadora da cidade

A vocação para as letras fez de Chloris uma espécie de declamadora oficial da cidade, que participava desde festas no Clube Curitibano até eventos da Maçonaria. “Nessa vez, quando a cortina se abriu, eu vi que na plateia estavam apenas homens. E eram maçons. Eu não pensei duas vezes, fui lá e

declamei 12 poesias”, lembra, aos risos. “As mulheres eram muito presas nessa época, mas eu de alguma forma tinha coragem. Acho que eu sempre fui despachada”, avalia. Mais tarde, a mesma poesia lhe garantiria a cadeira 24 na Academia Paranaense de Letras.

Formada professora pelo Instituto de Educação, local onde depois ocupou as mais diferentes funções, Chloris frequentou a escola “até onde dava naquela época”. Os pais a incentivavam a tocar piano e estudar, mas faculdade mesmo só para o irmão homem. “A maioria não queria que as filhas fossem para a universidade. Eles queriam que as filhas casassem”, lembra. A faculdade de Pedagogia Chloris só cursou depois dos 50 anos, por incentivo do marido e dos filhos.

Assim que casaram, o então juiz Marçal Justen foi designado para trabalhar no interior do estado. A esposa, obviamente, foi junto. Sentada à mesma escrivaninha do marido, Chloris expandiu o seu já vasto conhecimento. Sociologia, psicologia, filosofia e até direito eram alguns dos temas que o casal debatia em casa.

Quando voltou para Curitiba, finalmente pôde voltar a lecionar. Apesar de toda a dedicação às salas de aula, foi afastada de suas funções com o AI-5, baixado em 1968 no governo do general Costa e Silva. Os militares a consideravam uma liderança “negativa”.

De volta onde deveria estar, elaborou e coordenou os trabalhos do primeiro plano educacional experimental do Instituto, já como diretora geral, e

também foi a pioneira na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Paraná. Quando se aposentou, permaneceu perto, como conselheira de educação do estado.

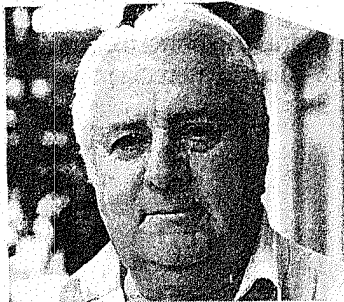
Ainda na ativa, preside o Centro Paranaense Feminino de Cultura, cuja sede fica logo na primeira quadra da Visconde do Rio Branco, para onde vai semanalmente tratar dos projetos da instituição.

25 MAR 2017

GAZETA DO POVO 26 MAR 2017

ELEITOR JUIZ

Brasileiro indica que não deve reeleger políticos citados na Lava Jato, o que lhes tiraria o foro privilegiado. Em contrapartida, ganha força entre deputados a proposta de eleição em lista fechada, que na prática “esconde” os candidatos do eleitor



Paulo Maingue, 72 anos, aposentado.

“Eu prefiro ‘atirar no escuro’ e escolher um nome novo a votar num dos camaradas que estão aí.”

“Eu não votaria em pessoas investigadas pela Lava Jato porque ‘onde há fumaça, há fogo.’”



Maria Koehler, 58 anos, secretária.



Gabriela de Almeida, 18 anos, estudante.

“Quero evitar votar em nomes da Lava Jato. Mas antes iria atrás do motivo para ele estar ali.”

“Ter o nome ligado a algum tipo de investigação já me deixaria com o pé atrás.”



Adeli Jasluk, 43 anos, bancária.

CONTINUA

25 MAR 2017

GAZETA DO POVO 26 MAR 2017
CONTINUAÇÃO



Camilla Maciel, 23 anos,
auditora.



Inês Passarela, 59 anos,
aposentada.



Luciane Romano, 33 anos,
estudante.



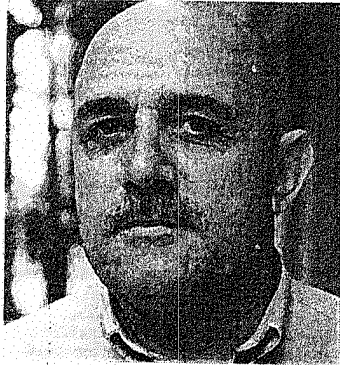
Luiz Henrique Palmieri, 28
anos, bancário.



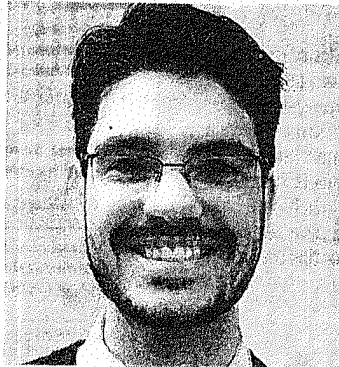
Felipe Apolinário, 23 anos,
auditor.



Adriel Proença, 34 anos,
barbeiro.



Marcus Camillo, 47 anos,
tatuador.



Daniel Kalupnieks, 27 anos,
advogado.



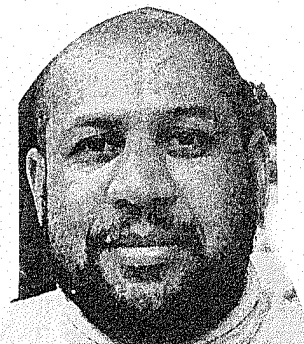
Alexandre Chambo, 40 anos,
advogado.



Rodrigo Tedeschi, 24 anos,
auditor.



Alan Oliveira, 47 anos,
servidor público federal.



Paulo Henrique Francisco, 45
anos, enfermeiro.

CONTINUA

Eleitor vai virar 'juiz' em 2018 e pode mudar o rumo da Operação Lava Jato

Brasileiro dá sinais de que não pretende reeleger políticos citados na operação. Se isso ocorrer, eles perdem o foro privilegiado e caem nas mãos de juízes mais rápidos que os ministros do Supremo Tribunal Federal

Fernando Martins

● As eleições de 2018 têm potencial para ser um divisor de águas no Brasil. Por mais que políticos com foro privilegiado ameaçados pela Lava Jato apostem na lentidão do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgá-los, o eleitor ainda mantém o poder para dar sua sentença nas urnas. E o brasileiro vem emitindo sinais de que pretende “condenar” envolvidos no petrolão a não se reeleger — decretando a perda do foro e jogando-os nas mãos de juízes de primeira instância, como Sergio Moro, que têm se notabilizado por decisões duras e mais rápidas que as do Supremo.

Em três anos da Operação Lava Jato na primeira instância, já foram 120 condenações. No STF, o ritmo é

bem mais moroso. Há investigações no Supremo contra políticos já há dois anos. Ninguém nem sequer foi a julgamento até agora.

Líderes políticos já se deram conta da ameaça de perder a eleição e o foro privilegiado [o fim do foro é uma das demandas das manifestações deste domingo]. E articulam uma reforma eleitoral para reduzir o risco de serem punidos pelo julgamento do eleitor. O nome dessa articulação: lista fechada — sistema de votação para deputado por meio do qual não se vota num candidato, mas no partido, que é quem escolherá os políticos prioritários para ocuparem as vagas conquistadas pela sigla nas urnas.

Cenário mortal

Diretor-presidente do Instituto Paraná Pesquisas, que realiza sondagens de opinião pública, Murilo Hidalgo afirma que há atualmente três fatores que dificultam a reeleição de todos os ocupantes de cargos políticos: a corrupção, a crise econômica e a queda de arrecadação governamental.

O desemprego e a redução dos ganhos dos trabalhadores causados pela crise pressionam o Estado a ofertar serviços públicos (saúde, educação, etc.) para uma fatia maior da população. Ao mesmo tempo, os governos estão com menos dinheiro para atender satisfatoriamente a essa demanda, pois

enfrentam queda de receita em função da recessão. Soma-se então a Lava Jato, que jogou a credibilidade dos políticos na lona.

“Tudo isso é mortal para quem quer se reeleger”, diz Hidalgo. “O brasileiro está buscando o ‘novo’.” Para ele, o eleitor só irá escolher um político se não surgir esse “novo” que conquiste sua confiança.

Alguém de fora

As pesquisas indicam isso claramente. Levantamento do Paraná Pesquisas realizado em dezembro mostra que 49% dos brasileiros dizem preferir um candidato de fora da política caso tenham essa opção nas eleições de 2018. Apenas 32% afirmam preferir um político de carreira.

Outra sondagem eleitoral, feita pelo mesmo instituto no início deste mês, revela que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), citado nas investigações da Lava Jato, estaria com a reeleição ao Senado seriamente ameaçada se a disputa fosse hoje. Em outros tempos tido como “imbatível” em Alagoas, Renan ocupa atualmente um indigesto terceiro lugar na pesquisa estimulada.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Nos bastidores do Congresso inclusive já há senadores enrolados com a Lava Jato cogitando a possibilidade de desistir da reeleição para disputar uma vaga “mais fácil” na Câmara — o que ao menos iria garantir-lhes a manutenção do foro privilegiado.

Junho de 2013

O cientista político Doacir Quadros, professor do Grupo Uninter, afirma que a crise de credibilidade dos políticos brasileiros começou com as manifestações de junho de 2013 — que demonstraram uma insatisfação generalizada da população sobretudo com a corrupção e a ineficiência dos serviços públicos.

Para Quadros, essa situação não foi resolvida desde então. E as urnas refletiram a incapacidade de os políticos atenderem às expectativas do eleitor. Nas últimas eleições municipais, do ano passado, houve altos índices de votos brancos e nulos. No segundo turno, por exemplo, as abstenções somadas aos brancos e nulos representaram 32,5% do eleitorado — um em cada três eleitores. A renovação foi igualmente elevada em Câmaras Municipais de grandes cidades, girando entre 40% e 50% das cadeiras.

Colaboraram Cecília Tümler
e Mariana Balan.

CONTINUA

25 MAR 2017
26 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CANDIDATOS ENVOLVIDOS NA LAVA JATO

25 MAR 2017

26 MAR 2017

Você votaria em pessoas indiciadas ou simplesmente mencionadas na Operação Lava Jato, ainda que sem envolvimento comprovado?

Fotos: Antonio More e Henry Milleo / Gazeta do Povo



Gabriela Almeida, estudante.

"Nunca votei antes, e eu quero evitar votar em pessoas citadas da Lava Jato. Mas também acho que eu teria que ir atrás do motivo para ele estar ali."



Adeli Jasluk, bancária.

"Eu não votaria porque o fato de ser sido citada é porque provavelmente há algum tipo de relação. Consideraria até anular meu voto."



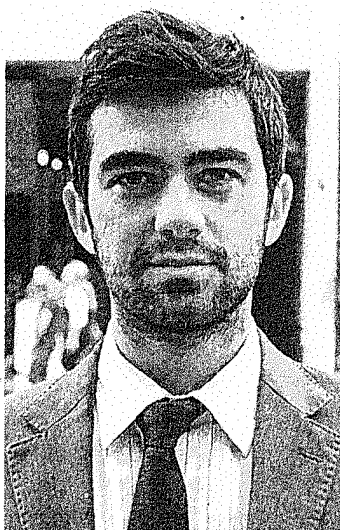
Rodrigo Tedeschi, auditor.

"Eu analisaria caso a caso. Só pelo fato de ter sido citado não perderia meu voto. Mas, se é uma pessoa com histórico negativo, eu já não votaria."



Inês Bassarela, aposentada.

"Teria que analisar muito bem, mas existem outras opções, não precisamos votar nesses que estão citados. Ideias novas podem trazer uma perspectiva melhor para o país."



Cainã Rocha, consultor.

"Com certeza não votaria nas pessoas que foram indiciadas na Operação Lava Jato e evitaria votar em candidatos que foram citados durante as investigações."



Camila Maciel, auditora.

"Difícilmente votaria [em candidato indiciado]. Talvez pesquisando muito o histórico da pessoa para ter certeza de algo, mas se ela foi citada em alguma coisa ela está envolvida."

25 MAR 2017

26 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia e 36 viram réus por fraudes na UFPR

● O juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal no Paraná, aceitou nesta sexta-feira (24) a denúncia da Procuradoria da República contra 36 pessoas envolvidas no esquema de desvio de dinheiro de bolsas de pesquisa da UFPR revelados pela Operação Research, deflagrada em fevereiro. Os envolvidos teriam desviado, entre 2013 e 2016, ao menos R\$ 7,3 milhões que deveriam ser destinados a pesquisa, mas foram para pessoas sem relação com a universidade. Na decisão, o juiz determinou ainda que a ação fosse desmembrada em relação a dois réus "tendo em vista a eles ter sido imputado somente crime de menor potencial ofensivo". Segundo a Procuradoria, as investigações apontaram indícios concretos dos crimes de associação criminosa, peculato (desvio de dinheiro), peculato culposo e lavagem de dinheiro nos pagamentos a pessoas que não tinham vínculo com a UFPR.

ELIO GASPARI

DISEMTERICOS

O ministro Gilmar Mendes e o procurador Rodrigo Janot meteram-se num desqualificado bate-boca.

Gilmar age como concessionário do Apocalipse e Janot, como um Cérbero na defesa dos vazamentos de sua corporação. O Conselho Nacional de Justiça deveria condenar os dois a assistir ao vídeo da sabatina do juiz Neil Gorsuch, indicado para a Corte Suprema dos Estados Unidos.

Ele dominou a cena e as questões do Direito que interessavam aos senadores. Deu uma aula de elegância, e fica o registro: Gorsuch é mais conservador que Gilmar e mais severo que Janot.

O vídeo está na rede.

27 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Classe política tenta restringir o alcance da Lava Jato

Ao menos dez projetos de lei em tramitação são monitorados por procuradores da força-tarefa

SÃO PAULO
Agência O Globo

● A medida em que a Lava Jato se fecha contra políticos, inúmeras medidas têm sido apresentadas no Congresso na tentativa de regular a ação de juízes e procuradores. Ao menos dez projetos são monitorados por agentes da força-tarefa, preocupados com o risco de que investigações sejam dificultadas.

Três propostas partem de senadores que estão na mira da Lava Jato: o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), Fernando Collor (PTC-AL) e Gleisi Hoffmann (PT-PR). Os projetos propõem punições para investigadores, magistrados e procuradores, e alteram regras do estatuto das delações premiadas — considerado fundamental pela força-tarefa para desvendar os desvios na Petrobras. Os parlamentares alegam que há excessos dos procuradores e da Polícia Federal (PF).

Entre as medidas que correm com mais rapidez está o projeto que altera a lei de crimes de abuso de autoridade, o qual abre brechas para que o juiz que condenou o réu na primeira instância seja processado pela defesa, caso o tribunal reforme a decisão. O episódio da operação Carne Fraca, alvo de críticas, foi usado como justificativa por Renan, que chegou a dizer que houve abusos na ação da PF.

O peemedebista também é autor do projeto que endurece as regras de criminalização de abuso de autoridade para responsabilizar juízes e procuradores. Renan e outros caciques defendem também mudanças no sistema eleitoral, como a aprovação da lista fechada de candidatos, o que, para a Lava Jato, protege políticos investigados.

Coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol afirma que os projetos restringem instrumentos de investigação. “É surpreendente a coincidência temporal das propostas com o momento em que crescem as suspeitas da prática de crimes graves por pessoas que estão entre as mais poderosas do país. A mensagem que esses projetos passam é de que é preciso blindar os poderosos.”

Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, o deputado Mendes Thame (PV-SP) aponta a aprovação da segunda rodada da repatriação como mais um sinal da articulação de políticos para anistiar crimes como lavagem de dinheiro. Ré na Lava Jato e autora de projeto que suspende sigilo judicial de investigação divulgada à imprensa, Gleisi diz que sua proposta visa evitar injustiças e vazamentos seletivos. Para investigadores, o texto propicia a destruição de provas.

CIRO DESAFIAMORO "NA BALA"

Em vídeo que circula na internet e em grupos de WhatsApp, o presidente do PDT, o deputado federal Ciro Gomes, desafia o juiz Sergio Moro a prendê-lo. E diz que, se isso vier a acontecer, ele receberá a “turma” de Moro “na bala”. “Se eu não tiver cometido nada errado”, ressalva.

25 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Depoimento. José de Carvalho Filho, ex-executivo da Odebrecht, afirmou ao TSE que o escritório de Yunes foi um dos locais indicados para o pagamento de R\$ 4 mi ao PMDB

Padilha deu endereços para entregar propina, diz delator

Rafael Moraes Moura

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-executivo da Odebrecht José de Carvalho Filho afirmou que o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), lhe passou todos os endereços para o pagamento de R\$ 4 milhões destinados ao PMDB durante a campanha eleitoral de 2014.

Um dos locais indicados por Padilha foi o escritório de José Yunes, amigo e ex-assessor de Michel Temer (PMDB), informou Carvalho Filho ao ministro Herman Benjamin, relator no TSE da ação que apura se a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer cometeu abuso de poder político e econômico para se reeleger.

O pagamento teria sido feito em 4 de setembro de 2014. “Todos os endereços, esses e os outros que eu não lembro, me foram dados pelo Eliseu Padilha”, disse Carvalho Filho. Segundo o ex-executivo da Odebrecht, a distribuição dos recursos foi determinada pelo executivo Marcelo Odebrecht.

“Procurei depois o Eliseu Padilha, no escritório dele, comentei o fato, ele já sabia, evidente, e solicitei dele os endereços que eles poderiam receber e quem fez essa operação foi (o setor de) Operações Estruturadas. A sistemática era: eu chega-

va expor até ele e ele me fornecia o endereço, eu transmitia ao sistema de Operações Estruturadas a sra. Maria Lúcia (ex-secretária da Odebrecht) que, uns dias depois, me entregava uma senha. Eu pessoalmente entregava essa senha, entreguei essa senha ao sr. Eliseu Padilha”, afirmou José de Carvalho Filho.

“E, a partir dali, eu não tinha como nem sabia como as coisas eram operacionalizadas. Então, esclarecendo que tive com ele (Padilha) quatro ou cinco vezes para pegar esse endereço e voltei novamente para pegar essas senhas”, completou o ex-executivo da Odebrecht. De acordo com Carvalho Filho, os valores seriam repassados ao PMDB via Eliseu Padilha.

Discussão. Carvalho Filho também afirmou ter recebido na época uma “ligação extemporânea” do então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), comentando que não havia recebido R\$ 500 mil.

“Tivemos uma discussão acalorada ao telefone. Achei estranho e comuniquei ao Cláudio (Melo, ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht): ‘Cláudio, o fato foi esse e vamos esclarecer junto ao Eliseu (Padilha)’. Logo depois fomos ao Eliseu e esclarecemos. Ele achou muito estranho este fato e disse: ‘Olha, se o endereço que eu dei se fosse realmente entregue, o

sr. Yunes é uma pessoa de mais ou menos 70 anos, é de minha confiança, dificilmente não teria registrado isso”. Isso causou um constrangimento a mim. (...) O mal-estar permaneceu e a empresa tomou, deliberou fazer outro pagamento de R\$ 500 mil no valor, aquele que deu origem ao processo em discussão”, afirmou o ex-executivo.

Carvalho Filho disse não ter controle da planilha de distribuição de recursos. “A minha ação é entregar, tomar o endereço do sr. Padilha e entregar à sra. Lúcia, e a Sra. Lúcia me dava uma senha que eu repassava.”

Sobre o lobista Lúcio Funaro, apontado por investigadores da Lava Jato como operador de Eduardo Cunha, Carvalho Filho respondeu: “Nunca vi o Lúcio Funaro, nunca estive com o Lúcio Funaro e não sei quem é”.

Procurada, a assessoria de Padilha disse que o ministro não vai se pronunciar sobre o vazamento. Em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), José Yunes confirma que um envelope foi entregue em seu escritório, mas que ele não sabia qual era o conteúdo. Na ocasião, se declarou “mula involuntária” de Padilha.

A Odebrecht informou ontem, por meio de nota, que não se manifesta “sobre o teor de eventuais depoimentos de pessoas físicas, mas reafirma seu compromisso de colaborar com a Justiça”.

CONTINUA

25 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Depoimentos. No dia 14, o ministro Herman Benjamin negou pedido apresentado pela defesa de Dilma Rousseff para que Padilha e Yunes prestassem depoimento na Justiça Eleitoral.

“Não houve referência, no conjunto probatório até aqui produzido, de fatos concernentes à atuação de Eliseu Padilha ou José Yunes que tenham correlação direta com o objeto desta causa, isto é, o financiamento da chapa Dilma-Temer em 2014”, escreveu Benjamin em sua decisão. / **COLABORARAM BRENO PIRES e FÁBIO SERAPIÃO**

Temer se irrita e não responde sobre acusações a ministro

● O presidente Michel Temer (PMDB) se irritou ontem, em São José do Rio Preto (SP), ao ser questionado sobre as delações de ex-executivos da Odebrecht. Enquanto falava sobre a recuperação da credibilidade do País, ele foi interrompido pela pergunta de uma jornalista. “Você me dá licença para terminar meu raciocínio? Falamos disso depois”, disse o presidente.

Logo depois, entretanto, questionado se as novas delações complicam a situação do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do PMDB, Temer virou-se e se afastou, passando o microfone para o ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB-PE). / **JOSÉ MARIA TOMAZELA**

25 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar instaura sindicância no TSE para apurar vazamento

Gilmar Mendes manda apurar vazamento de depoimentos

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, criticou a divulgação de depoimentos sigilosos da Odebrecht e decidiu instaurar uma sindicância para apurar o vazamento. Gilmar disse que isso “fala mal das instituições. É como se o Brasil fosse um país de trambiques”. Os depoimentos de ex-executivos da Odebrecht foram prestados ao ministro Herman Benjamin na ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer.

Decisão é tomada após presidente do tribunal criticar divulgação de depoimentos sigilosos da Odebrecht na corte

Rafael Moraes Moura

Beatriz Bulla

Isadora Peron / BRASÍLIA

No mesmo dia em que criticou a divulgação de depoimentos sigilosos da Odebrecht ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o presidente da corte, Gilmar Mendes, decidiu instaurar uma sindicância interna para apurar o vazamento. Pela manhã, Gilmar disse que isso “fala mal das instituições, como se o Brasil fosse um país de trambiques”.

“Eu exijo que nós façamos a devida investigação nesses vazamentos lamentavelmente ocorridos. Isso fala mal das instituições. É como se o Brasil fosse um país de trambiques”, disse o ministro ao participar de um seminário sobre reforma política no TSE.

‘Trambiques’

“Eu exijo que nós façamos a devida investigação nesses vazamentos lamentavelmente ocorridos. Isso fala mal das instituições. É como se o Brasil fosse um país de trambiques.”

Gilmar Mendes

PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

Os depoimentos de ex-executivos da Odebrecht foram prestados ao ministro Herman Benjamin no âmbito da ação que pede a cassação da chapa formada em 2014 por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB).

Pela manhã, Gilmar criticou vazamentos de informações sigilosas em outras investigações, como da Operação Lava Jato. “Acho que em todos os setores isso tem que ser feito. Vazamento feito por autoridade pública é crime. Tem que ser investigado e nós vamos investigar aqui”, afirmou. No início da semana, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, rebateu as críticas de Gilmar e acusou o ministro “disenteria verbal” e “decrepitude moral” ao falar do trabalho da PGR.

De acordo com a assessoria de imprensa do TSE, os trabalhos da sindicância serão coordenados pela presidência do TSE, com participação da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral. Na quinta-feira, a corregedoria havia aberto uma sindicância para investigar a divulgação dos depoimentos.

Anistia. No evento pela manhã, Gilmar Mendes defendeu que o debate sobre a anistia ao caixa 2 pode ser feito no Congresso em um “momento oportuno”. O ministro comparou a aprovação de uma norma que “perdoasse” os políticos que usaram dinheiro não declarado

em campanhas eleitorais com a lei da repatriação de recursos aprovado pelo Congresso. A nova regra permitiu que brasileiros trouxessem de volta ao País recursos não declarados que estavam depositados no exterior. “O Congresso tem aprovado várias anistias. O Congresso votou a anistia da repatriação, que fez com que muita gente trouxesse dinheiro de fora, e ninguém está dizendo que essa anistia é inconstitucional.”

Desde o ano passado, a Câmara tenta aprovar uma proposta para beneficiar os políticos que utilizaram dinheiro não contabilizado em campanha.

Em outras declarações, o presidente do TSE já defendeu que pode haver caixa 2 sem corrupção, desde que o dinheiro não seja fruto de propina e se trate apenas de verbas não contabilizadas. Segundo ele, se doação eleitoral via caixa 2 não estiver associada a origem ilícita do dinheiro não deve ser objeto de punição penal.

Reforma. Gilmar defendeu também a necessidade de realizar uma reforma no sistema político. Segundo ele, ao ver as prestações de contas da chapa de Dilma em 2014, com cifras bastante altas, ele e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que estava na presidência do TSE, cometeram um “le-do engano” por achar que não haveria problemas de caixa 2 na campanha. As investigações da Justiça Eleitoral, segundo ele, têm demonstrado o contrário.

25 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Procurador e promotor são baleados em Natal

Eles foram atingidos por servidor dentro da sede do Ministério Público, mas não correm risco de morte; polícia ainda investiga motivação do crime

Ricardo Araújo

ESPECIAL PARA O ESTADO / NATAL

O procurador-geral de Justiça adjunto do Rio Grande do Norte, Jovino Pereira Sobrinho, e o diretor administrativo do Ministério Público (MP) do Estado, promotor Wendell Beethoven Ribeiro Agra, foram baleados na manhã de ontem quando trabalhavam na sede do órgão, na zona sul de Natal. Ambos foram submetidos a cirurgia e não correm risco de morte.

O atirador foi identificado como um servidor de carreira da instituição, que está foragido. Guilherme Wanderley Lopes da Silva, de 44 anos, é técnico contábil e trabalha no MP há 12 anos. Além das duas vítimas, ele tinha um terceiro alvo: o procurador-geral de Justiça potiguar, Rinaldo Reis.

Horas após o ataque, Reis detalhou como foi o crime. “Nós estávamos despachando diversas demandas quando, de repente, o servidor Guilherme entrou na minha sala”, disse. Logo após entrar, o servidor falou: “Essa é a recompensa por tudo o que vocês fizeram”.

Silva trazia documentos – em um deles, estava digitada a lista de vítimas do ataque. Em seguida, sacou um revólver, antes escondido em um casaco, e apontou para Reis. Além do procurador e das vítimas havia quatro funcionários na sala.

“Quando vi que ele ia atirar, gritei: corram que ele está armado”, lembrou Reis. Nesse momento, seu colega Beethoven Ribeiro Agra se levantou da cadeira e acabou atingido por um tiro nas costas. A bala perfurou superficialmente um de seus pulmões e se alojou próximo ao braço. Ele passou por cirurgia e o quadro de saúde é estável.

Reação

“Nós vamos responder ao atentado com a aplicação da lei, dentro do ordenamento jurídico pátrio, como tem de ser.”

Rinaldo Reis

PROCURADOR DE JUSTIÇA DO RN

Na correria, Reis saiu por uma porta que leva a uma sala anexa ao cômodo onde ocorria a reunião. Um tiro passou por cima dele, mas não o acertou. Ele foi seguido pelo procurador-geral adjunto, Pereira Sobrinho, que tentou segurar a arma e foi atingido duas vezes na região abdominal. Ele também tem quadro clínico estável.

Enquanto os outros corriam para escapar dos tiros, Silva fugiu. Ao deixar o prédio, avisou aos seguranças que um tiroteio acontecia no andar superior. Funcionários ficaram assustados com o tumulto.

Mistério. De acordo com Reis, não há suspeitas sobre a motivação do crime. “Ele exerce um cargo comissionado há muitos anos”, disse Reis. “Nunca houve qualquer constrangimento da administração em relação a ele”, acrescentou. “Nunca houve processo administrativo disciplinar contra ele e não há qualquer registro de afastamento por problemas psíquicos.”

O trabalho no Ministério Público potiguar, segundo ele, será retomado normalmente na segunda-feira. As Polícias Civil e Militar continuam em diligências à procura do atirador.

25 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

TV pela internet pagará direito autoral, diz STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu-anteontem que a transmissão de TV pela internet via streaming configura execução pública de obras musicais – e com isso, os canais que transmitem sua programação pela rede devem pagar direitos autorais ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

A decisão, tomada pela Terceira Turma do STJ, aconteceu em um caso envolvendo a emissora Rede TV! e o Ecad em 2009. A emissora ofertou alguns de seus programas na internet, e o Ecad exigiu pagamento dos direitos autorais de músicas utilizadas nas atrações. Na primeira e na segunda instância, a Rede TV venceu, mas o Ecad recorreu sustentando que o recolhimento de direitos autorais para televisão não significa que o mesmo valha para a internet.

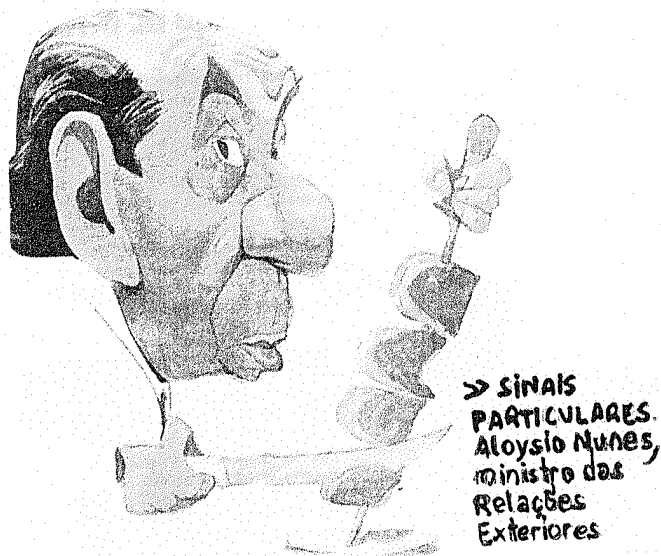
O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do caso, aplicou à decisão o mesmo critério utilizado pela Segunda Turma do STJ em fevereiro deste ano, quando a corte decidiu que serviços de streaming, podcasts e “quaisquer plataformas que tenham música na internet” devem pagar direitos autorais ao Ecad. Na ocasião, o mesmo ministro disse que “o acesso à plataforma musical é franqueado a qualquer pessoa (...). Esse fato por si só configura a execução como pública”./B.C.

SÔNIA RACY

Sem PowerPoint

Deltan Dallagnol participará de... festa literária.

O procurador do MPF confirmou presença, em maio, no Flipopos. Lançará ali o livro *A luta contra a corrupção – A Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade*, da editora Sextante, com mesa conduzida por Vladimir Netto.



> SINAIS
PARTICULARES.
Aloysio Nunes,
ministro das
Relações
Exteriores

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Diárias ampliam ganhos de promotores

**Ministério Público de SP paga quase R\$ 1 mil
para custear deslocamentos de até 60 km**

Rodrigo Burgarelli



Levantamento feito pelo *Estadão Dados* em planilhas do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) mostra que, em 2016, promotores e procuradores receberam 889 diárias de quase R\$ 1 mil para viajar entre cidades a menos de 60 quilômetros de distância. Como o valor é fixo – refere-se a 1/30 do salário de um promotor de Justiça substituto (cerca de R\$ 25 mil) – e não há limites mensais, os valores acumulados por viagens curtas chegam a atingir mais de R\$ 60 mil em um ano.

Para chegar a esses números, a reportagem separou os trechos viajados, geolocalizou as cidades e calculou a distância em linha reta entre elas. Como não é possível identificar o ponto exato de partida e chegada de cada deslocamento, a distância em linha reta entre o centro geográfico dos municípios é, portanto, uma aproximação – em alguns, a distância percorrida pode ser maior do que a calculada, e em outros poderá ser ainda menor.

O recordista de viagens curtas, de acordo com esse cálculo, foi o promotor Jeronimo Crepaldi Jr., responsável pela Vara de Execuções Penais em Bauru e que, por isso, vai frequentemente a presídios na comarca de Pirajuí, cidade que fica a 50 quilômetros de distância do centro da sede. Ele recebeu R\$ 65,3 mil extras ao longo do ano passado para viagens como essas, o que representa uma média de R\$ 5 mil mensais a mais em cada holerite.

Motivo similar fez com que o promotor José Hebert Teixeira Mendes, de Campinas, somasse R\$ 24,4 mil à remuneração anual por fazer visitas penitenciárias em Sumaré, a 17 quilômetros dali.

Mas o trajeto mais curto foi de Taubaté a Tremembé, cujos pontos centrais estão a 6 quilômetros de distância. O promotor Luiz Marcelo Negrini de Oliveira Mattos recebeu R\$ 9,6 mil a mais no ano para se deslocar de uma cidade a outra.

Outro caso é o do promotor Marcelo Alexandre de Oliveira, que recebeu R\$ 7,8 mil a mais no ano passado por nove deslocamentos entre São Paulo e Osasco enquanto investigava a chacina que matou 19 pessoas na cidade vizinha da capital em 2015. Cada deslocamento lhe rendeu R\$ 870 extras no holerite.

Dois pesos. Os servidores estaduais de São Paulo têm regras rígidas para a concessão de diárias. O funcionário que viaja a serviço recebe no máximo 50% da diária se não tiver de pagar hotel, e ainda menos a depender do tempo de viagem – se ficar menos de 6 horas fora da sede, por exemplo, não recebe nada. E, ao retornar, é obrigado a apresentar notas de todos os gastos e devolver a diferença se tiver recebido a mais.

Nada disso, no entanto, vale para promotores. Eles recebem o valor cheio de R\$ 870 por dia em que saírem do município sede, não importa a distância ou se houver ou não pernoite. E o valor é recebido integralmente, sem a necessidade de apresentar recibo do que de fato foi gasto.

Essa regra especial passou a valer em 2014, após o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgar inválida uma regra editada pelo Ministério Público em 1994 que cortava pela metade o valor das diárias para deslocamentos menores que 60 quilômetros de distância.

O argumento da Associação Paulista do Ministério Público, que propôs a ação, era de que a Lei Orgânica do MP que prevê os pagamentos integrais tem hierarquia superior ao ato que previa regras mais restritas, explicação que foi acatada pela primeira e segunda instâncias do Tribunal de Justiça.

Como os servidores “comuns” do Ministério Público seguem a regra geral do Estado, os deslocamentos curtos saem em média 14 vezes mais caros para promotores do que para funcionários como oficiais e auxiliares: cada servidor comum recebe pouco mais de R\$ 62 por dia.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 MAR 2017

BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS

● Graças a uma generosa exceção prevista por lei, promotores ganham diárias integrais de R\$ 870 mesmo quando só passam o dia em cidades vizinhas

Promotores e procuradores **889** R\$ **769 mil** R\$ **865**

	Nº DE DIÁRIAS*	TOTAL PAGO	VALOR MÉDIO PAGO POR DIA
Outros funcionários do MP	1.073	R\$ 67,3 mil	R\$ 62,7

Trechos mais viajados por promotores

ORIGEM	DISTÂNCIA	DESTINO	NÚMERO DE DIÁRIAS	EM MILHARES DE REAIS
Bauru	51 km	Pirajui	1176	153,3
São Paulo	54 km	Santos	59	48,3
Araçatuba	13 km	Birigui	50	43,1
São Paulo	19 km	Guarulhos	29	23,9
Ribeirão Preto	28 km	Serra Azul	26	22,6
Bauru	46 km	Balbinos	24	21,0
Campinas	12 km	Hortolândia	21	18,3
Bauru	37 km	Reginópolis	20	17,4
São Paulo	48 km	Mogi das Cruzes	20	17,4
Campinas	52 km	Franco da Rocha	19	16,5

Trechos mais curtos viajados por promotores

ORIGEM	DISTÂNCIA	DESTINO	NÚMERO DE DIÁRIAS	EM MILHARES DE REAIS
Taubaté	6 km	Tremembé	12	10,4
Taboão da Serra	6 km	Osasco	1	0,9
Ribeirão Preto	11 km	Jardinópolis	2	1,7
Guarulhos	11 km	Mairiporã	1	0,9
Campinas	12 km	Hortolândia	32	27,9
Araçatuba	13 km	Birigui	50	43,1
Valinhos	13 km	Campinas	1	0,9
Itapeca da Serra	15 km	Carapicuíba	1	0,9
São Paulo	16 km	Osasco	15	13,0
Campinas	17 km	Sumaré	19	16,5

*APENAS CIDADES A MENOS DE 60 KM DE DISTÂNCIA

CONTINUA

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Órgão quer mudar regras para economizar até 50% com despesa

Promotor afirma que viagens curtas incluem gastos com combustível, alimentação e pedágio, entre outros

Procurado pela reportagem, o Ministério Público de São Paulo informou que o pagamento de diárias integrais a promotores e procuradores é uma “imposição legal”, que a instituição “tem o dever de seguir à risca”. No entanto, o MP afirma que está trabalhando para mudar a lei de forma a diminuir os gastos com viagens e criar regras menos generosas para os membros da categoria.

A mudança em questão já foi apresentada em forma de um projeto de lei complementar à Assembleia Legislativa do Estado em 2015, pelo então procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa. Entre as alterações previstas no documento está a redução em até 50% do valor atualmente pago aos promotores que vão a outro município a serviço. As novas regras preveem que as diárias poderão valer entre 1/60 e 1/30 do salário de um promotor substituto – ou seja, o que hoje é considerado o valor-base se transformaria no teto para os pagamentos.

O valor exato das diárias seria determinado por ato do procurador-geral, e o total poderia ser reduzido em até 15% se a diligência for praticada por promotor que receba gratificação pelo exercício da função ou com utilização de veículo oficial. “A proposta”, escreveu Rosa na justificativa enviada aos deputados estaduais, “imprime a necessária relação de legalidade ao permitir que ato do procurador-geral de Justiça possa delimitar o cabimento de diárias para seu ajustamento aos princípios de proporcionalidade, razoabilidade, interesse público e economicidade”.

Para virar lei, no entanto, o projeto ainda precisa passar pela votação em plenário. Não há

previsão para que isso ocorra – apesar de a proposta já ter sido aprovada pelas comissões e estar pronta para entrar na ordem do dia desde dezembro de 2015, ela jamais chegou a ser analisada pelos deputados.

Gastos. O MP também afirmou que faz esforços para diminuir os gastos com diárias de promotores designando, por exemplo, promotores de Justiça na própria comarca ou que residam nela para ocupar cargos vagos nas Promotorias. “Menos deslocamentos de substitutos implicam menos gastos com diárias”, informou, em nota.

A reportagem também procurou os promotores citados nominalmente por telefone e por e-mail. O promotor de Justiça militar Marcelo Alexandre de Oliveira afirmou que a Lei Orgânica do MP o impede de receber menos que os R\$ 870 por dia em que se deslocou para fora de São Paulo. “Além disso, fui designado para investigar o caso da chacina de Osasco, o que não estava entre minhas atribuições naturais. Enquanto isso, não pararam de chegar outros casos. Estou tendo de trabalhar muito mais e não ganharia nada extra, se não fossem as diárias”, afirmou.

O promotor Jerônimo Crepaldi Júnior criticou o cálculo do deslocamento feito pela reportagem. Ele afirmou que os três presídios na comarca de Pirajuí que precisa visitar como parte de suas atribuições ficam entre 69,5 km e 77,1 km da sede do MP em Bauru – ou seja, distância maior que os 50 km que separam o centro geográfico das duas cidades. “Por haver evidente dispêndio com os deslocamentos (*combustível, pedágio na ida e na volta, alimentação etc.*), e o tempo despendido, em prejuízo de suas atribuições normais, a lei prevê o pagamento de gratificação”, acrescentou. O MP afirmou que os outros dois promotores citados atuam “nas

execuções penais” e visitam “os estabelecimentos prisionais da região frequentemente”.

A reportagem também procurou a Associação Paulista do Ministério Público, mas a assessoria disse que os diretores estavam viajando. /R.B.

Verba faz salário ficar acima do teto

● Além de jogar para cima salários de promotores e procuradores, as verbas de diárias também fazem com que membros da categoria que têm vencimentos limitados pelo teto constitucional – de R\$ 33,7 mil mensais – recebam valores acima desse marco. Isso ocorre porque as diárias são consideradas verbas indenizatórias – ou seja, deveriam apenas repor gastos relacionados à atividade profissional. Hoje, há um debate no Congresso e no STF sobre a validade dessas verbas, que acabam se tornando de fato uma remuneração extra mensal. /R.B.

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

O dever constitucional do STF



Um falso debate tem ocupado importante espaço na agenda nacional. Segundo dados do Ministério Público Federal (MPF), em três anos recém-completados, a Operação Lava Jato já levou ao Supremo Tribunal Federal (STF) 111 inquéritos – 83 deles originados da colaboração premiada de 77 ex-funcionários da Odebrecht –, 20 denúncias foram apresentadas e 12 foram aceitas, convertendo-se em ações penais em andamento na Corte Suprema. Diante de números tão expressivos – e que dão a medida do grau de corrupção que parece lubrificar as engrenagens dos mais altos escalões da República –, muito se tem questionado acerca da capacidade do STF de processar e julgar tamanho número de processos.

Segundo ex-ministros da Corte, juízes, procuradores, advogados e jornalistas, os entraves ao bom termo da Operação Lava Jato no STF – ou seja, o julgamento em prazo aceitável e a eventual condenação daqueles que forem considerados culpados – seriam o foro especial por prerrogativa de função, ou o foro privilegiado, e a inadequação daquele tribunal para instruir ações de natureza penal.

Hoje, mais de 20 mil funcionários públicos, dos Três Poderes da República, têm direito ao foro especial por prerrogativa de função. Como determina o artigo 102 da Constituição Federal, cabe ao STF processar e julgar, originariamente, as infrações penais comuns do presidente da República, do vice-presidente, dos membros do Congresso, de seus próprios ministros e do procurador-geral da República. Além destas autoridades, também é de competência exclusiva do STF o processo e julgamento das infrações penais comuns e dos crimes de responsabilidade dos ministros de Estado, dos comandantes das Forças Armadas, dos membros dos demais Tribunais Superiores, do Tribu-

nal de Contas da União e dos chefes de missões diplomáticas de caráter permanente. Na verdade, a competência do Supremo para processar e julgar acusados com prerrogativa de foro está estampada na Constituição desde 1891.

Ressalte-se que o receio de que o Supremo não se desincumba a contento de sua função não é infundado. Baseia-se no histórico de produtividade do STF no julgamento de ações penais contra as autoridades sob sua jurisdição. De acordo com recente levantamento do *Supremo em Números*, da FGV Direito Rio, a Corte Suprema leva, em média, 2.174 dias para concluir um inquérito e julgar uma ação penal. Não são raros os casos de prescrição no curso do processo.

É possível que se discuta a pertinência de haver um número tão elevado de unguídos pelo foro especial. O caso brasileiro não encontra paralelo em outras nações onde vige plenamente o Estado Democrático de Direito. Todavia, não se está diante de uma inovação jurídica concebida especialmente para obstar o bom andamento dos trabalhos da força-tarefa da Operação Lava Jato. Em outubro de 2018, a Constituição Federal completará três décadas de vigência, e desde seu primeiro dia como nossa Lei Máxima a competência originária do STF para processo e julgamento das infrações penais comuns daquelas autoridades é um dado conhecido. Visto que não foram poucas as acusações de crimes julgados pela Corte envolvendo o alto escalão da República nestes últimos 30 anos, cabe indagar por que o Supremo Tribunal Federal não se estruturou para cumprir a contento o que determina a Constituição.

Discute-se ainda se ações de natureza penal deveriam ser objeto de julgamento pela Corte que, eminentemente, deveria se ocupar das questões constitucionais. Ora, assim como o foro especial por prerrogativa de função, a competência penal do

Supremo para processar e julgar determinadas autoridades é dada pela Carta Magna.

A alteração das normas que regem a concessão do foro especial por prerrogativa de função e a competência do STF para instrução e julgamento de ações penais deve, necessariamente, passar por processos de emendas à Constituição no âmbito do Congresso Nacional. Isso, sim, nesse momento, poderia pôr em risco o bom termo da Operação Lava Jato na instância máxima. Melhor para o Brasil que o STF elabore um plano de trabalho para dar conta do volume de processos que haverá de cuidar e, assim, cumpra o seu desígnio constitucional.

Juízes políticos?

O Estado brasileiro, nos três Poderes, exala miasmas irrespiráveis

Alguém se candidata ao cargo de juiz. Para ganhar votos, distribui bolinhos, cupons de gasolina, pizzas para professores de escolas públicas, bebidas grátis para a patuleia. É assim que a campanha eleitoral de Thomas Spargo lhe fornece a toga em Nova York, no ano da graça de 1999. Eleito, Spargo cria elos com políticos que arrecadam estranhos fundos partidários. Sua esperteza lhe garante lugar elevado na judicatura, pois chega em 2001 à Suprema Corte do Estado. Ele sofre processo na Comissão de Conduta Judicial, mas não muda o comportamento. Em 2006 é destituído por exigir propina de advogados, sua condenação sai em 2009.

A crônica não é lisonjeira, na terra que preza a dupla *Law and Order*. Mas boa maioria dos juízes norte-americanos opera na mesma zona cinzenta entre atividades judiciais e partidárias. É o que o jornal *The New York Times* batizou de “realismo legal”. Os magistrados labutam, na essência, em horizonte político (J. Bybee, k.: *All Judges are Political, except when they are not, acceptable hypocrisies and the Rule-of Law*, Stanford Law Books, 2010).

Se nos Estados Unidos ocorre o conúbio de tribunal e política, que dizer do Brasil? A União Nacional dos Juízes Federais (Unajuf) quer magistrados em pleitos e partidos (**Estado**, 14/3). Mas aqui nenhum juiz é sufragado pela *stulta plebs*. Nossas togas são esco-

lhidas em concursos, sem favores e votos do eleitor. A dignidade do tribunal, em terras brasileiras, não seria conspurcada por ofertas de pizzas e bebidas gratuitas aos cidadãos. Os juízes pertencem a uma estirpe superior. Seu ânimo e suas sentenças nada devem aos escrutínios em que se pronuncia o “leigo”. Tais enuncia-dos, entretanto, resumem uma ilusão. Estamos aqui em pleno domínio do mito, cauímosorvido em talagadas que reite-ram a dormência geral.

Segundo Thomas Spargo, os juízes são políticos “except when they are not”. O sentido da frase é tarefa da mais árdua hermenêutica. Nos Estados Unidos, adianta Bybee, “muitos reconhecem que o processo judicial é permeado pela política. Outros parecem acreditar que as decisões judiciais são definidas por fundamentos puramente legais”. Mas cerca de 87% dos juízes, em 39 unidades da Federação, passam pelas urnas. Aqueles pleitos não diferem dos efetivados para os demais Poderes públicos. Eles custam muito financeiramente. Em 2004 a eleição para a Suprema Corte de Illinois gastou mais do que 18 das 34 eleições para o Senado realizadas no mesmo ano. Anúncios na TV e outros meios são garantidos por grupos de interesse e partidos políticos (Cf. Bybee, J. (Ed): *The Collision of Courts, Politics, and the Media*, Stanford, 2007).

Custos chamam doadores, doadores nem sempre (o Brasil é prova) buscam alvos legais. Logo, a fé na obediência imparcial e objetiva à Constituição sofre abalos. A média das pesquisas feitas entre 1989 e 2009 mostra que 67% dos entrevistados consideram os juízes imparciais. Mas 70% têm certeza que as sentenças trazem máculas políticas. Para atenuar o problema desde 1940 alguns Estados empregam recrutamento diverso das urnas. É o “Plano Missouri”. Comissões não partidárias

avaliam candidatos e os recomendam. Aos cidadãos é perguntado apenas se aprovam ou não os juízes; 34 Estados usam variantes do “Plano Missouri”. Tais consultas são menos onerosas do que as outras.

Mas, cautela! O processo ordenado supostamente no mérito dos candidatos, adianta Bybee com provas, “pode envolver politicagem (*politicking*) e lobbies nos bastidores”. O âmbito federal, no qual os juízes não passam por eleições, é mais confiável? Indicados pelo presidente, acolhidos por senadores, magistrados têm permanência garantida, desde que seus costumes sejam pautados pelo decoro. Encantador universo do sonho. Na vida real não é assim. Na Suprema Corte “independente do povo, do legisladores e de todo poder sob o firmamento”, os juízes “percebem a si mesmos independentes do próprio céu” (Shklar, J. N., *Legalism: Law, Morals, and Political Trials*). A seleção para os pretórios federais, hoje, “é um assunto altamente político, com funcionários eleitos que perseguem os nomeados para resolver problemas importantes de partidos e proeminentes grupos de interesse” (Hart, H. L. A., *The Concept of Law*). Poderíamos seguir as teses do autor e de outros sobre a Justiça enleada em política nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Itália, etc. Do jurista Bybee, urge consultar a importante resenha *Electing Judges: The Surprising Effects of Campaigning on Judicial Legitimacy*, em *Book Review* 22, 2012. Para uma análise diversa, Tamanaha, B. Z., *Beyond the Formalist-realist Divide: The Role of Politics in Judging*, 2010.

CONTINUA

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

No Brasil, causa tristeza a mendicância – ou o termo chulo usado por Romero Jucá – de quem deseja lugar nos tribunais superiores e no Supremo. A lista de votos inclui muitos fornecidos por congressistas corruptos. Candidatos prometem a políticos, depois presos e condenados, “matar no peito” processos contra eles. Outros aceitam parolagens em chalanas e são aprovados, mesmo constatado plágio em seu doutoramento. Uma consulta à biografia de Saulo Ramos ilustra o ponto. Há diferença entre tais zumbaias e a demagogia dos juízes eleitos pelos cidadãos? Os nossos candidatos à toga não distribuem pizzas aos parlamentares. Eles prometem – se entregam é outro assunto – leniência explícita ou velada. São curiosos os encontros entre julgadores e réus, no segredo dos gabinetes ou no exterior. Salamaleques, num Congresso que tudo troca, parecem piores do que a bajulação das massas. A promiscuidade se transforma em regra. Procuremos saídas que mantenham a dignidade do juiz, da lei, do cidadão honesto. O Estado brasileiro, nos três Poderes, exala miasmas irrespiráveis.

●
PROFESSOR DA UNICAMP.
É AUTOR DE 'RAZÃO DE ESTADO
E OUTOS ESTADOS DA RAZÃO'

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE
CANTANHÊDE

Gilmar, o Quixote

Em sua cruzada, o ministro enfrenta o senso comum nos vazamentos e no caixa 2

Os políticos estão no olho do furacão, mas o caso do ministro Gilmar Mendes é particularíssimo, neste momento que ele mesmo chama de “tempestade perfeita” e de “crise sem precedentes”: ninguém jogou Gilmar no olho do furacão, ele mesmo é que se jogou de corpo, alma, mente, com um espantoso desdém às críticas e alertas.

Ministro do STF e presidente do TSE, Gilmar resolveu agir tal qual um Quixote, de armadura e lança em punho, lutando contra o senso comum e todos os moinhos de vento e de notícias. Se sopram para um lado, ele sopra para o outro, abrindo flancos na opinião pública, na Justiça, na PGR, na PF, na Receita e, agora, na sua própria casa, o Supremo. No cafezinho que antecedeu a posse do ministro Alexandre de Moraes, Gilmar circulava mais à vontade entre os políticos do que entre seus pares de toga.

O problema não são as ideias, porque muitos defendem o mesmo que Gilmar: é preciso depurar as práticas políticas, combater a corrupção e preparar o País para novos tempos, mas sem explodir os três Poderes. O problema é a forma. Antigamente, “juízes não falavam fora dos autos”. Atualmente, falam sobre tudo, o tempo todo, mas não devem tomar partido tão apaixonadamente.

Gilmar Mendes não precisava ir dormir com o ataque do procurador-geral Rodrigo Janot, condenando a “disenteria verbal”, a “decrepitude moral” e o “cortejar desavergonhadamente o poder” (referência às frequentes visitas de Gilmar a Temer). Com sua coragem pessoal e autoridade jurídica, o ministro não deveria gastar sua energia no treino, correndo o risco de entrar em campo capenga, ou estropiado, para os julgamentos da Lava Jato. Precisa se preservar.

Em sua cruzada, Gilmar defende que o foro privilegiado não é sinônimo de impunidade e autoridades não podem nem devem ser jogadas para instâncias inferiores suscetíveis a paixões eleitorais e interesses locais. Faz senti-

do, é uma contribuição a um debate crescente, que pode chegar a um meio-termo: manter o foro, mas criando instâncias específicas para aliviar o atual peso no Supremo.

Ele também se irrita com os vazamentos. Já ameaçou “descartar” as declarações da Lava Jato que foram divulgadas e mandou abrir sindicância sobre o vazamento dos depoimentos da Odebrecht ao TSE. Diz que quebra de sigilo é crime e não admite, sobretudo, a exposição de nomes sem que nem eles nem a sociedade saibam exatamente como, onde e por que entram na história. O ministro, porém, sabe que vazamentos sempre ocorreram e sempre ocorrerão. E, como diz o juiz Sérgio Moro, a imprensa está no seu papel de divulgar.

A polêmica mais complexa em que Gilmar Mendes se meteu, porém, é a do caixa 2. Ele não apenas defende uma anistia “no momento oportuno” como a compara à repatriação de valores enviados ao exterior e não declarados oficialmente. Na anistia ao caixa 2 de campanha, como na repatriação, seriam excluídos os recursos ilícitos na origem, obtidos por corrupção, por exemplo, e sujeitos a punição penal.

É exatamente isso o que a esquerda, o centro e a direita discutem freneticamente no Congresso, para separar o “joio” (os corruptos, os que desviaram dinheiro público) e o “trigo” (os que “só” receberam dinheiro de caixa 2, inclusive porque o doador não aceitava ser publicamente identificado).

Mas é preciso combinar com “os russos”: a opinião pública, que nem sempre leu, nem sempre viu, nem sempre ouviu, mas já tirou suas conclusões e quer sangue, torcendo o nariz para qualquer negociação. Se ainda não está, logo essa mesma opinião pública ficará ressabiada com a valentia de um ministro tão particular do STF e do TSE, que pode até ter razão no conteúdo, mas é um contumaz descuidado com a forma.

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Mais grupos tentam 'fugir' da reforma da Previdência

Pelo menos mais sete categorias, como policiais federais, professores e juizes, fazem pressão no Congresso para ficar de fora da nova regra

Eduardo Rodrigues
Adriana Fernandes
BRASÍLIA

A decisão do presidente Michel Temer de retirar os servidores públicos estaduais e municipais da reforma da Previdência provocou uma espécie de "vale tudo" para escapar das mudanças nas regras de acesso à aposentadoria e pensões. Na reta final da apresentação do relatório da proposta, na Câmara dos Deputados, a pressão de diversas categorias para ficarem fora das mudanças ou, ao menos, obterem regras mais suaves só aumentou, e ameaça desfigurar ainda mais o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Entre as categorias que mais têm feito pressão estão os policiais federais, juizes e procuradores, os professores e os servidores públicos federais. O governo, porém, garante que as mudanças que tinham de ser feitas já foram definidas.

A grande quantidade de emendas ao texto original – 164 – mostra que a lista de categorias insatisfeitas é relevante. Trabalhadores rurais e profissionais de atividades com riscos de insalubridade, como mineradores, por exemplo, batalham para manter as regras atuais de aposentadoria, que exigem idade menor do que a proposta da reforma e menos tempo de contribuição.

O anúncio feito na semana passada de que servidores estaduais e municipais estariam fo-

ra das novas regras provocou disparidades e deu fôlego às pressões, com discussões sobre isonomia constitucional.

Um professor de universidade federal, por exemplo, só poderá se aposentar aos 65 anos na nova regra geral. Mas um docente de uma universidade estadual poderá ter uma regra mais branda, a depender da reforma que aquele Estado fizer.

Para o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), Luís Boudens, o governo terá de descobrir um malabarismo jurídico para fazer com que as regras para policiais civis estaduais e guardas municipais sejam diferentes do regime dos policiais federais, rodoviários e agentes penitenciários.

“Essas forças de segurança pública estão regidas pelo mesmo artigo na Constituição, e devem seguir o mesmo ordenamento. É impossível separar as categorias sem alterar de maneira contundente o texto constitucional”, diz Boudens.

A União dos Policiais do Brasil, que reúne várias associações de trabalhadores da segurança pública, se reunirá novamente na terça-feira para aumentar a pressão sobre o governo. “Haverá novas manifestações e já há um grupo grande falando em greve”, alerta Boudens.

Outro grupo que fala em paralisar as atividades são as entidades filantrópicas de saúde, educação e assistência social. Atualmente, essas instituições não recolhem a cota patronal das contribuições previdenciárias

dos empregados, mas correm o risco de perder essa isenção.

O presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), Custódio Pereira, afirma que esses hospitais, faculdades e entidades assistenciais simplesmente deixarão de conceder bolsas e realizar o atendimento gratuito à população.

“São as filantrópicas que levam esses serviços às pessoas mais pobres que o Estado não consegue alcançar. São essas entidades que têm as melhores notas no MEC, que são responsáveis por 60% dos atendimentos do SUS e executam 62,7% dos serviços de assistência social no País”, alega.

‘Dizer não’. No governo, porém, a ordem é não ceder em nenhum ponto e manter a exigência à base aliada no Congresso para que a reforma dê o mesmo tratamento a todos os trabalhadores da iniciativa privada e servidores federais, incluindo políticos. “Nosso objetivo é uniformizar as regras. Se houver pressão, teremos de falar não”, afirma o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida.

Para ele, a retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma não abre caminho para novas exceções no âmbito federal. Faz justamente o contrário, joga a responsabilidade para que Estados e municípios aprovem também as suas reformas.

CONTINUA

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Os governos regionais não poderão aprovar regras mais brandas porque precisam ajustar suas contas e o governo federal não poderá bancar mais rombos dos entes federativos. E o prazo é curto, porque os Estados voltarão a pagar o serviço cheio de suas dívidas com a União na metade de 2018”, lembra, fazendo referência ao acordo que deu aos Estados um prazo para o pagamento de parcelas menores de seus débitos com o governo federal.

CONTRA A REFORMA

A exemplo dos servidores estaduais, municipais e militares, outras categorias querem regimes especiais:

● **Policiais federais, rodoviários e agentes penitenciários**

Querem garantias na Constituição Federal de que terão menos tempo de trabalho até a aposentadoria, por serem atividade de risco, com “dever de agir”.

● **Juízes e procuradores**

Alegam ter risco de vida na profissão e pedem aposentadoria especial nos mesmos moldes dos policiais.

● **Professores**

Primeira classe do País a receber remuneração vitalícia, desde o Império, professores desejam se aposentar entre cinco a dez anos antes da média geral.

● **Profissões insalubres, como mineração**

Querem aposentadoria mais cedo, de acordo com trabalho e tipo de exposição a agentes nocivos. Quem trabalha permanentemente no subsolo, por exemplo, poderia se aposentar após 15 anos de trabalho.

● **Trabalhadores rurais**

Em média, pedem cinco a dez anos a menos de idade para aposentar devido às piores condições de trabalho no campo.

● **Servidores públicos federais**

Desejam a manutenção das regras atuais de idade e tempo de serviço para quem ingressou na carreira antes de 2013, quando houve a última reforma da Previdência do setor público.

● **Entidades filantrópicas de educação, saúde e assistência social**

Querem manter a isenção da cota patronal das contribuições previdenciárias.

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO No Paraná, apreensão com efeito da Carne Fraca

Lapa, a 50 km de Curitiba, abriga sede da Seara, que emprega 1,8 mil trabalhadores

Alexandre Hisayasu

ENVIADO ESPECIAL À LAPA / PR

Desde a deflagração da Operação Carne Fraca, há cerca de dez dias, cidades da região metropolitana de Curitiba estão em alerta. O foco não está em novas denúncias de corrupção, mas no que pode ocorrer com a economia de cada uma caso as empresas citadas na investigação entrem em crise ou até mesmo fechem as portas. É o caso de Lapa, que fica a 50 quilômetros de Curitiba, no Paraná.

O município abriga uma das sedes da Seara, que concentra a produção em frangos e derivados. Na última segunda-feira, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, esteve na empresa para tentar estancar a sangria causada pela divulgação das investigações da Carne Fraca.

Na mesma semana, a JBS – dona da Seara – anunciou a suspensão da produção por três dias. A medida não atinge a produção de frango, mas o município está apreensivo.

“Prefiro nem imaginar a cidade ficar sem a empresa”, diz o prefeito Paulo César Furiati (PMDB). Segundo ele, um dia antes da deflagração da Operação Carne Fraca, a Seara comunicou a prefeitura que iria investir R\$ 20 milhões para aumen-

tar a produção de frangos na empresa. “Por dia, 190 mil frangos são abatidos. Com o investimento – que seria a compra de uma nova caldeira – o número aumentaria para 250 mil”, afirma. “A consequência disso seria o aumento de empregos e de receita para a cidade. Dormimos com um sonho e acordamos em um funeral.”

A cidade tem 45 mil habitantes e cerca de 40% vive no meio rural. A Seara emprega 1,8 mil pessoas e compra frango diretamente de 800 produtores, chamados de integrados. Eles recebem toda estrutura da Seara para criar frangos para abate, como ração e medicamentos. Segundo a prefeitura, cerca de 350 produtores integrados trabalham apenas para a Seara. No ano passado, 1,8 milhão de frangos foram abatidos.

O Estado esteve na cidade e conversou com alguns produtores integrados. Um deles, que prefere não ser identificado, afirma que está com 15 mil frangos que serão abatidos nos próximos dias. “A empresa traz o pintinho e nós cuidamos por 40 dias até o abate. Eu investi cerca de R\$ 300 mil para atender às exigências de qualidade da empresa, mas o lucro é muito baixo. Minha sorte é que não dependo só disso. Mas conheço muitos que vivem só da produção de frango”, afirma.

“Recebemos críticas por depender tanto economicamente de uma empresa. Mas o fato é que trouxe benefícios à receita da cidade e melhorias em outros setores, como transporte e construção de ruas para acesso aos produtores”, diz o prefeito. Ano passado, o município arrecadou R\$ 32 milhões de ICMS, dos quais 24,5% são referentes a comercialização de produtos produzidos pela Seara.

● Dependência

R\$ 32 mi

é o valor do ICMS arrecadado pelo município de Lapa no ano passado, dos quais 24,5% são referentes à venda de produtos pela Seara

26 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Lava rápido?

A trabalhadora que vai desabar em cima do STJ, assim que os processos da Lava Jato forem redistribuídos por **Edson Pachin**, pega o tribunal em um bom momento.

Com a recente adesão do Piauí, completou-se a integração online das 32 cortes do País sob sua jurisdição. Sinal de processos mais rápidos?

Cóisas da vida

Rodrigo Gutierrez, herdeiro da empreiteira Andrade Gutierrez, decidiu mudar seu e-mail e usar o nome de sua mãe.

Trocou o Rodrigo Gutierrez por **Rodrigo Wernask**.

Cota

Resolução nova do TJ paulista decidiu: todo concursado aprovado pela cota existente terá que fazer uma entrevista com um comitê.

Quem se autodeclarar negro será avaliado por um juiz, um médico e um assistente social. Segundo a assessoria do TJ, a medida não é resultado de fraudes e sim de uma determinação legal.

27 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

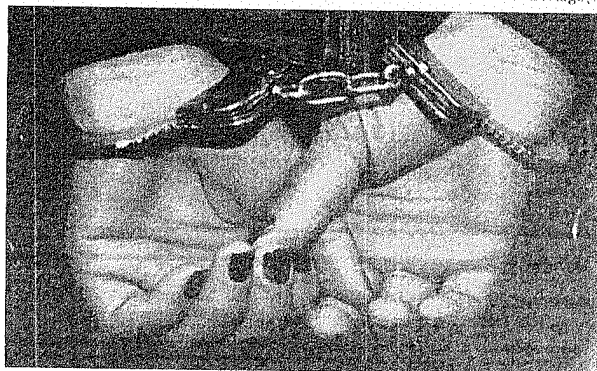
STJ libera prisão domiciliar para mulher de Cabral

4 A ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu habeas corpus permitindo que Adriana Ancelmo, esposa do ex-governador Sergio Cabral, fique em prisão domiciliar. Adriana está presa no Complexo Prisional de Bangu, acusada de envolvimento em crimes de corrupção praticados pelo seu marido e outras pessoas, inclusive com a utilização de seu escritório de advocacia para receber altas quantias de propina. Ela havia recebido o be-

nefício de prisão domiciliar no dia 17, em decisão do juiz federal Marcelo Bretas, mas a medida havia sido cassada, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Os advogados de Adriana recorreram ao STJ, que decidiu em caráter liminar pela saída dela de Bangu. O motivo alegado pela defesa é que ela tem dois filhos menores de idade para cuidar, de 11 e 14 anos, que estão privados da convivência de ambos os pais, pois Cabral também está preso. ●

Projeto que proíbe algemas em presas durante o parto vai à sanção

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (22) projeto que proíbe o uso de algemas em presas grávidas durante os atos médicos e hospitalares preparatórios para a realização do parto. O texto também proíbe a prática durante e logo após a presa dar à luz. Agora, o projeto segue para a sanção presidencial. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 23/2017 torna lei uma medida já prevista em um decreto presidencial editado em setembro de 2016, pelo presidente Michel Temer. A inclusão da medida no Código de Processo Penal torna o decreto uma política de Estado.



A limitação no uso de algemas também estava prevista na Súmula Vinculante 11, editada em 2008 pelo Supremo Tribunal Federal. O projeto, da deputada

Ângela Albino (PCdoB-SC), é semelhante a outra iniciativa já aprovada no Senado, e que está sendo analisada pela Câmara. Senado O PLS 75/2012, da se-

nadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), garante tratamento humanitário às presas em trabalho de parto e proíbe o uso de algemas nessas situações. A iniciativa é uma tentativa de proteger a saúde das gestantes presas e de seus bebês. O argumento é de que o uso de algemas traz riscos, inclusive de antecipação do parto.— Nós, mulheres parlamentares brasileiras, tínhamos o conhecimento de que esse fato acontecia no Brasil, tamanha a barbaridade. Mulheres que cumpriam pena davam à luz algemadas e isso é verdade.

27 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz manda libertar últimos presos da Carne Fraca



O juiz federal Marcos Josegrei da Silva determinou a soltura de três presos na Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. A decisão do juiz, que é responsável pela operação, colocou em liberdade Rafael Nojiri Gonçalves, Antônio Garcez da Luz e Brandízio Dario Júnior. Os três eram os últimos que ainda estavam presos temporariamente, uma vez que o magistrado havia prorrogado a custódia deles por mais cinco dias. No dia 22, o juiz já havia determinada a liberação de outros oito presos temporários.

Ainda estão presas preventivamente 25 pessoas, que não têm prazo para deixar a prisão. Também há um empresário considerado foragido, Nilson Alves Ribeiro. Deflagrada pela Polícia Federal (PF), no último dia 17, a Operação Carne Fraca apura corrupção em diversas empresas, como a JBS, a BRF e os frigoríficos Larissa, Peccin e Souza Ramos. ■

27 MAR 2017

BEMPARANÁ

Condenado

O Tribunal do Júri de Rio Branco do Sul (região metropolitana de Curitiba), condenou a 16 anos, sete meses e 15 dias de prisão o mandante do assassinato de um candidato a prefeito de Almirante Tamandaré, em 2000. Irmão do prefeito que ocupava o cargo naquele ano, o réu teria encomendado o crime porque a vítima seria um forte candidato contra a reeleição do então prefeito.

Cúmplices

Segundo a denúncia do Ministério Público, o réu contratou três homens para sequestrar e ferir o adversário político, como meio de intimidá-lo para que desistisse de se candidatar à prefeitura. Após o sequestro, atiraram na perna da vítima e a abandonaram em local isolado, no município vizinho de Rio Branco do Sul. O ferimento acabou causando-lhe a morte. Ainda cabe recurso da sentença. Quanto aos cúmplices do crime, dois dos autores do homicídio já faleceram, e o terceiro foi condenado em 2014, mas se encontra foragido, de acordo com o MP.

Justiça bloqueia R\$ 17 milhões em bens de investigados por fraude na Câmara de Curitiba

Ex-presidente da Casa, João Cláudio Derosso, teve R\$ 14 milhões bloqueados. Mais de 50 pessoas respondem aos oito processos abertos.

A Justiça de Curitiba mandou bloquear R\$ 17 milhões em bens de 51 pessoas processadas por uma fraude descoberta em contratos de publicidade na Câmara de Vereadores da capital paranaense. Apenas o ex-presidente da Casa, João Cláudio Derosso, teve R\$ 14 milhões bloqueados pelo Judiciário.

O caso veio à tona após uma série de reportagens publicadas pela RPC e pelo jornal Gazeta do Povo, em 2012, intitulada "Negócio Fechado". Na investigação, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) descobriu que a empresa da então mulher de Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz, foi uma das contratadas para prestar serviços de publicidade para a Câmara, o que é proibido por lei.

Os contratos, que vigoraram entre 2006 e 2012, custaram cerca de R\$ 35 milhões ao poder público. Além da Oficina da Notícia, que pertence à Cláudia Queiroz, a Visão Publicidade também dividiu parte dessa verba.

Em uma das denúncias, o MP-PR acusa a Visão Publicidade de ter superfaturado a confecção do jornal "Câmara em Ação", que tinha Cláudia Queiroz como jornalista responsável. A publicação deveria ter circulado para o público interno da Casa. "Algumas pessoas que foram ouvidas aqui na Promotoria, inclusive servidores,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

chegaram a afirmar textualmente que nunca viram nem na Câmara esse informativo e, além disso tudo, o TCE, numa apuração, numa tomada de contas extraordinária, também verificou que a quantidade de papel adquirida por uma das gráficas contratadas pela agência de publicidade era insuficiente para produzir a quantidade de exemplares do informativo que estava sendo cobrado", diz a promotora Letícia Cuenca.

Em outro processo em que Derosso e Cláudia são réus, a Justiça determinou também o bloqueio dos bens do Tito Zeglin (PDT) e o filho dele, Tiago Zeglin, em R\$ 180 mil para cada. Essa quantia, segundo o MP-PR, foi usada para pagar parte de um contrato entre a Oficina da Notícia e a empresa LTZ publicidade.

"Esse contrato é semelhante a vários outros, que são objeto das outras ações. Elas acabavam subcontratando empresas vinculadas a servidores, vinculadas a vereadores, o que é vedado pelo ordenamento jurídico, além de ser uma ofensa à moralidade. Porque aí, o próprio servidor, vereador, enfim, não pode firmar contrato com a administração", explica a promotora.

Procurado, o advogado de Derosso, Antônio Figueiredo Basto, disse que, por enquanto, não vai se manifestar sobre as ações civis públicas contra o cliente. O vereador Tito Zeglin disse que não sabia das ações envolvendo o nome dele e do filho e que, por isso, não vai se manifestar. Cláudia Queiroz informou que vai deixar que os advogados dela tomem ciência dos processos, para então tomar as medidas necessárias.

Os donos da Visão Publicidade à época do escândalo não foram encontrados para comentar o caso.